

O Impacto Regional das Políticas Econômicas no Brasil

DÁLIA MAIMON
WERNER BAER
PEDRO PINCHAS GEIGER *

1 — INTRODUÇÃO

No processo do desenvolvimento econômico, a questão da equidade regional nem sempre foi objeto de maior preocupação por parte dos tomadores de decisão no Brasil. Equidade regional aparecia como objetivo explícito de governo de forma esporádica: em tempos de calamidades, localizadas regionalmente (como durante as secas periódicas no Nordeste) ou, quando adquiria significado político agudo, como medida para contrabalançar o favorecimento que os programas de desenvolvimento concediam àquelas Regiões que já eram as mais avançadas do País. No entanto, em momentos de crises econômicas nacionais mais profundas — por exemplo, relacionadas a desequilíbrios na balança de pagamentos — os programas formulados para tratar destas crises, via de regra, mostram-se despidos de qualquer preocupação com a equidade regional. Os casos mais expressivos desta última situação são os programas de industrialização por substituição de importações (I.S.I.) desde os anos 30, e que se iniciaram como resposta a crises de balança de pagamentos¹.

* Dália Maimon é economista do Departamento de Geografia do IBGE; Werner Baer é economista, Professor da Universidade de Illinois e do U.S. Bureau of Census; Pedro Pinchas Geiger é geógrafo do Departamento de Geografia do IBGE. Colaboraram para este trabalho os professores Erinaldo Pereira Moreira, Jana Maria Cruz e o calculista Ari dos Santos Silva. Os autores agradecem os comentários e uma série de sugestões de Fany Rachel Davidovich.

1 Por uma análise dos efeitos da industrialização do Brasil na distribuição regional da renda veja: Werner Baer e Pedro Geiger, *Industrialização, Urbanização e Persistência de Desigualdades Regionais no Brasil*, *Revista Brasileira de Geografia*. Ano 38, n.º 2, IBGE, Rio de Janeiro, 1976.

Antes da Segunda Guerra Mundial não havia propriamente políticas econômicas regionais por parte do Governo Brasileiro². Na medida em que havia alguns programas econômicos nacionais, direcionados à proteção e ao desenvolvimento de setores específicos, estes programas, de uma forma ou outra, repercutiam nos processos de regionalização. Assim, por exemplo, os programas de sustentação do café, que datam do começo do século e assumidas inteiramente pelo Governo Federal na década de 30, ou as medidas tomadas para o desenvolvimento do setor siderúrgico nos anos trinta³ tiveram efeito regional, em geral, de concentrar o crescimento econômico nas áreas mais avançadas do País, do Centro-Sul. Havia, também, programas que apareciam em épocas de calamidades naturais, geralmente em conexão com as secas recorrentes do Nordeste⁴.

Há, portanto, a distinguir entre estratégias espaciais e políticas regionais propriamente ditas. As primeiras podem envolver apenas questões de localização visando à eficiência e podem se expressar de forma punctual, embora possam repercutir na regionalização; as segundas dizem respeito a questões de equidade e compreendem expressão areal. No fim dos anos 50 e na década de 60 é que se torna freqüente a formulação de políticas regionais explícitas. Como se verá adiante, estas políticas expressavam um propósito de redistribuição da renda e dos recursos de investimento, das áreas mais desenvolvidas do País para as áreas mais atrasadas. No entanto, a equidade regional como objetivo da política do Governo era enquadrada, geralmente, como sendo apenas mais uma de uma série de objetivos que os governos vinham tentando alcançar. Em outras palavras, o alcance dos outros objetivos — como o crescimento rápido de diversos setores industriais, o controle da inflação, a modernização agrícola, etc. — não se condicionava pelo desejo de certa quantidade de equidade regional. Programas para se atingir cada um dos objetivos eram formulados com pouca atenção em seus efeitos sobre os outros objetivos. Conseqüentemente, formulam-se estratégias contraditórias, especialmente em relação aos objetivos da equidade regional.

Políticas setoriais possuem impacto regional. No caso de não serem impostas considerações de distribuição regional no planejamento da

2 Podemos considerar que a revolução de 1930, voltada contra a chamada política de governadores, ou contra o chamado café com leite, continha em seu bojo forças contraditórias que expressavam tanto tendências à centralização como de maior participação das outras regiões, que não apenas São Paulo e Minas Gerais, nas decisões nacionais. As tendências para centralização estavam calcadas na industrialização, que se acentua na década de 30, e nas influências das ideologias então em ascensão na Europa. Este último aspecto se fazia acompanhar por uma proliferação de idéias que caracterizavam a chamada geopolítica. No caso brasileiro, estas se identificavam com preocupações de integração do território e de conquista das áreas despovoadas no próprio País. Passada a Guerra, estas preocupações se expressam nas idéias da interiorização, consubstanciada na criação de Brasília, na conquista do Oeste (continuidade do antigo lema marcha para o Oeste) e da Amazônia. No entanto, não podemos designar as medidas de governo que operacionalizam estas tendências de expansão espacial do sistema econômico e que se destinam a incorporar novas áreas e simultaneamente aliviar problemas sociais (como no caso dos programas de colonização, onde a Colônia de Ceres, em Goiás, é exemplo mais expressivo) como sendo propriamente de políticas de equidade regional.

3 Annibal V. Villela e Wilson Suzigan, *Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira, 1889-1945*, Rio de Janeiro, IPEA, Série Monográfica n.º 10, 1973, capítulo 6; Werner Baer, *O Desenvolvimento da Indústria Siderúrgica do Brasil*, Nashville, Tenn. Vanderbilt University Press, 1969.

4 Por uma análise histórica das políticas do Brasil relacionadas ao Nordeste veja: Albert O. Hirschman, *Journeys Toward Progress: Studies of the Economic Policy Making in Latin America*, New York, The Twentieth Century Fund, Chapter 1 — "Brasil's Northeast" pp. 11-92.

criação ou da expansão de indústrias como as do aço, do automóvel, de bens de capital e de outras; ou no caso de políticas de estabilização ou outras de caráter macroeconômico serem formuladas sem a preocupação de seu impacto regional, então uma contradição pode se formar entre políticas regionais explícitas e políticas regionais que são implícitas nas políticas setoriais e macroeconômicas.

A formulação de políticas macroeconômicas setoriais e regionais no Brasil tem sido, em geral, compartimentalizada. O propósito deste ensaio é avaliar a extensão em que estas políticas têm sido contraditórias e complementares. Estudo anterior mostrou que o processo de industrialização no Brasil incrementou de forma acentuada a concentração regional da renda⁵. Vamos comentar rapidamente planos elaborados pelo Governo Central desde o final da década de 40, enfatizando seus impactos regionais. Em seguida examinaremos a distribuição regional de setores-chave que foram desenvolvidos desde aquela época. Finalmente, examinaremos alguns indicadores do impacto regional de políticas macroeconômicas.

2 — OS ELEMENTOS REGIONAIS DOS PLANOS BRASILEIROS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

a) O Plano SALTE

O primeiro plano brasileiro, o Plano SALTE, foi publicado em 1949. Inicialmente, propunha-se cobrir o período 1949-53, mas, posteriormente, foi adiado para os anos 1950-54. Como indica sua sigla, a orientação do Plano é setorial, cobrindo saúde (S), produção de alimentos (A), transporte (T) e energia (E)⁶. A distribuição dos recursos entre os setores foi planejada da seguinte forma:

— saúde	— 15%
— alimentos	— 21%
— transporte	— 46%
— energia	— 18%
total	— 100%

Infelizmente o Plano não contém informações de acompanhamento e os dados relativos à distribuição regional dos gastos governamentais nos setores relevantes não são disponíveis de forma sistemática. Através de informações indiretas é possível se ter uma noção da distribuição regional dos recursos destes setores.

Os dados da tabela 10 em anexo mostram que, na primeira metade da década de 50, os gastos públicos com saúde se achavam fortemente concentrados no Sudeste do País (mais de 78%), embora a participação desta Região em população fosse apenas de 43% nesta mesma época; o Nordeste, com cerca de 33% da população recebia somente 11% destes fundos.

No setor de transporte, também, se encontram evidências de concentração regional substancial dos gastos públicos. O Sul e o Sudeste reuniam 59% do sistema rodoviário no começo dos anos 50 e em 1960

⁵ Veja o pé da página n.º 1.

⁶ Presidência da República, *Plano SALTE*, Rio de Janeiro, 1949, Roberto Daland, *Brazilian Planning*, Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1969, pp. 29-35.

esta percentagem se elevava para 62. A participação do Nordeste cresceu de 20% em 1953 a 21% em 1955 e 24% em 1960 ⁷.

Não há evidência direta da distribuição regional dos fundos do Plano SALTE para a energia. No entanto, assumindo um período de maturação de 5 a 6 anos para projetos energéticos, podemos ter algumas evidências indiretas, considerando-se que os dados do setor referentes ao começo dos anos 60 representam investimentos planejados e realizados nos anos 50. Em 1961 a participação nordestina no consumo nacional de energia elétrica foi menos de 6%, enquanto que o Sudeste alcançou 73% ⁸. Ainda nas tabelas 7a e 7b se nota que o ritmo de crescimento da capacidade instalada de energia elétrica no começo dos anos 60 foi muito maior no Sudeste do que no Nordeste e Sul.

Há a considerar, porém, que esta concentração ocorria quando o projeto hidrelétrico de Paulo Afonso se encontrava sob construção para ampliar substancialmente a capacidade geradora de energia no Nordeste. A construção desta hidrelétrica foi grande realização vinculada ao Plano SALTE.

Embora seja bastante difícil obter evidências diretas quanto à distribuição regional de investimentos no setor da produção de alimentos, os fatos revelados num estudo prévio sugerem que neste domínio houve alguma desconcentração espacial apreciável ⁹.

Em 1950, considerando-se o Brasil igual a 100, a renda na agricultura do Nordeste foi 18,7, na agricultura do Sudeste, 54,2, na agricultura do Sul, 22,2 e no Centro-Oeste, 3,3. Em 1959 as participações regionais foram, respectivamente, de 21,0, 43,7, 28,8 e 4,8. Portanto, considerando o período que corresponde ao Plano SALTE, verifica-se que o Nordeste melhorou um pouco a sua participação da renda agrícola e que houve avanços substanciais no Sul e Centro-Oeste, com perdas para o Sudeste. A Região Sul é que figura com destaque porque, aliado a um avanço relativo impressionante, há a considerar o peso absoluto de seus dados. É como se no período do Plano SALTE se estruturasse o Centro-Sul com base na economia agrícola.

Conclui-se, das evidências indiretas apresentadas, que o Plano SALTE, setorial no seu caráter, reforçou a concentração de alguns setores econômicos no Sudeste, mas que também contribuiu para a desconcentração de outros. Neste sentido salienta-se a estruturação do chamado centro-sul, através da expansão relativa da agricultura no Sul do País. O Centro-Oeste mostra também o início de grande avanço no setor agrícola, que irá se acentuar de 1960 para 1970, quando atinge 7,2% da renda agrícola do País. Naturalmente estas afirmações são válidas na medida em que efetivamente foi o Plano que determinou uma série de realizações no seu período de vida. O Plano não continha políticas regionais explícitas, mas suas políticas implícitas foram, de um lado, favoráveis à continuação e mesmo aumento das desigualdades regionais, mas, de outro lado, favoráveis à difusão do crescimento econômico. É interessante assinalar que este último aspecto se relaciona aos incentivos à expansão no setor agrícola.

b) O Plano de Metas

O Plano de Metas cobriu os anos 1956-60 e teve como objetivo o incremento da taxa de industrialização do País. O Plano não teve con-

⁷ Calculado de volumes do *Anuário Estatístico*. IBGE.

⁸ IBGE. *O Brasil em Números*, 1966, p. 116.

⁹ Baer & Geiger *op. cit.*

teúdo regional explícito. Consistia em 30 projetos: isto é, havia planos por se atingir 30 metas nas áreas gerais de energia, transporte, indústrias básicas, produção alimentar e educação. Recursos de investimento, nacionais e estrangeiros foram concentrados nos três primeiros setores, como se vê na distribuição percentual que se segue e que foi planejada para o programa de metas ¹⁰:

SETORES	BENS DOMÉSTICOS (%)	BENS IMPORTADOS (%)
Energia	46	37
Transporte	32	25
Produção Alimentar	2	6
Indústrias Básicas	15	32
Educação	5	—
TOTAL	100	100

Neste Plano, portanto, o setor da produção alimentar cede lugar a outros. Desde que o propósito básico do Plano era promover a aceleração do processo da industrialização — isto é, desenvolver rapidamente indústrias específicas e a infra-estrutura que lhe são necessárias — não é surpresa que, neste caso, o resultado líquido das políticas seguidas foi o de acentuar a concentração da atividade econômica no Sudeste do Brasil. Este foi o caso com os investimentos no setor energético (com a exceção da construção da barragem de Paulo Afonso no Nordeste), de transporte e de indústria. Dos 30 projetos, 24 identificaram a sua localização, sendo que destes, 21 se destinavam ao Sudeste. Praticamente todos os investimentos na indústria do aço se concentravam no Sudeste; o mesmo se observa em relação aos álcalis (99%), estanho (90%), cimento (82%), chumbo (60%), bens de capital e toda a indústria de automóveis. No Sudeste se localizaram 10 fábricas de automóveis e 9 dos 12 estaleiros navais. Apenas no setor do papel e da borracha natural o desenvolvimento abrangeu outras Regiões, uma vez que estas indústrias têm a sua localização atraída pela proximidade da matéria-prima ¹¹. As duas exceções à ênfase em desenvolvimento setorial na segunda metade da década de 50 são a construção da nova capital, Brasília, e as medidas tomadas em relação ao Nordeste no final dos anos 50, como reação do Governo Kubitschek às secas que afetaram a Região.

A construção de Brasília não pertence originariamente ao Programa. Idéia que vinha desde o século XIX, a interiorização da capital foi reforçada a partir do conceito de ponto de germinação elaborado pela Comissão Mista Brasil-EUA, partindo do pressuposto de que a oferta de infra-estrutura promoveria atividades produtivas. A construção de Brasília, cuja despesa foi estimada em 250 a 300 bilhões de cruzeiros, mobilizando 2 a 3% do PNB, teve um impacto pronunciado no desenvolvimento do vasto Centro-Oeste do País e proveu emprego para muitos

10 BNDE XI *Exposição Sobre o Programa de Reaparelhamento Econômico*, Exercício de 1960, Rio de Janeiro, pág. 14.

11 J. P. Dickenson. "The Impact of Government Policy on Regional Inequalities in Brazil".

migrantes nordestinos, cujo número cresceu especialmente após a seca severa de 1958.

Já a distorção óbvia em favor da Região mais desenvolvida do Brasil, o Sudeste, pelo Programa de Metas, combinado com a seca nordestina de 1958, forçou o Governo a formular uma política regional explícita em relação ao Nordeste. Em 1958 um grupo de estudo foi criado sob a liderança de Celso Furtado para formular um programa de desenvolvimento para a Região. Com exceção da criação da SUDENE, em 1959, pouco impacto foi realmente sentido nesta etapa quanto à distribuição regional das atividades econômicas, nos anos do Programa de Metas ¹². Considere-se, no entanto, que os investimentos no transporte (rodovias) condicionariam a integração do território e o desenvolvimento do *hinterland*.

c) O Plano Trienal ¹³

O *Plano Trienal* foi projetado em 1962 para o período a cobrir os anos 1963-65. Seus principais objetivos de ação imediata eram: o da contenção das forças inflacionárias que neste tempo tendiam a escapar ao controle; o de impedir o declínio no índice do crescimento econômico, iniciado em 1961; o de desenvolver vias para a melhor distribuição da renda; o de iniciar um processo de reformas básicas (nas áreas de administração, bancos, sistema fiscal e agricultura) e o de reestruturar a dívida externa. A conjuntura é marcada por uma acentuada instabilidade política e institucional que repercutiu na execução do Plano; sua implantação foi progressivamente abandonada durante o ano de 1963. Neste sentido, as considerações a seguir apresentadas representam antes intenções e diretrizes do que política econômica desenvolvida pelo Governo.

No que se refere às preocupações com distribuição, o Plano trata, inclusive de forma explícita, da distribuição regional da renda ¹⁴. Ele declara que, apesar das ¹⁵ desigualdades regionais se originarem basicamente da diversidade na distribuição dos recursos naturais, eles também são o resultado de um complexo de eventos históricos. O Plano também aponta para a natureza cumulativa da concentração regional da renda e para a reprodução interna das relações centro-periferia que, até então, eram consideradas principalmente no plano das relações entre países industrializados avançados e países produtores de matéria-prima. Finalmente, o Plano chama a atenção para o fato de que as políticas de industrialização na década de 50 contribuíam para a concentração regional da renda. Por exemplo, as políticas protecionistas à indústria resultaram numa transferência de recursos das regiões com superávits no balanço do comércio internacional (como o Nordeste) para as regiões com déficits no balanço do comércio internacional (o centro-sul). Do mesmo modo, na medida em que o processo inflacionário financiou industrialização, as regiões não afetadas pela localização das fábricas iam ficando para trás. Isto se fazia através dos mecanismos de facilitação

12 Hirschman, *op. cit.*; David E. Goodman e Roberto Cavalcanti de Albuquerque. *Incentivos à Industrialização e Desenvolvimento do Nordeste*, Rio de Janeiro. IPEA. Coleção Relatórios de Pesquisa, n.º 20, 1974.

13 Presidência da República, *Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social*, 1963-5, dezembro de 1962.

14 Isto se relaciona certamente ao fato de que a origem do Plano se deve a Celso Furtado que na época era, igualmente, o Superintendente da SUDENE.

15 *Plano Trienal*, *op. cit.* p. 8.

dades de crédito (com taxas de juro negativas) e de aumentos de preços relativamente mais altos para setores favorecidos que se localizaram, em sua maior parte, no centro-sul ¹⁶.

No entanto, no que concerne a uma política regional, a contribuição do Plano Trienal é muito aquém das análises que faz do problema regional. Recomenda um aumento dos investimentos de Governo em regiões menos desenvolvidas no setor da educação, bem como um estudo dos seus recursos naturais, sobre os quais futuros planos poderiam se basear. Do mesmo modo, recomenda o emprego de medidas fiscais para diminuir a concentração regional dos investimentos ¹⁷. Não há qualquer referência à distribuição regional nos planos de investimentos especificamente nomeados. No período de 1963-65 os investimentos fixados seriam divididos entre os seguintes setores ¹⁸:

Agricultura	8,4%
Indústrias de Transformação	18,6%
Energia Elétrica	13,7%
Petróleo	7,6%
Transporte	29,0%
Construções Habitacionais	12,4%
Outros Serviços	10,3%
Total	100,0%

d) Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) (1964-66)

O primeiro Plano depois da mudança do regime em 1964 tinha praticamente como seu objetivo, de curto prazo, a redução da alta taxa de inflação e o aumento da taxa do crescimento econômico, estagnada desde 1961. Como o Plano Trienal, PAEG foi mais uma análise de tendências, um exercício em projeções e uma afirmação de objetivos de política, do que um Plano específico de alocação de recurso do investimento. Daland afirma que "... diversas medidas específicas estavam sendo tomadas sem que fossem partes do documento do Plano que fora enviado ao Congresso em agosto. Quando o documento foi publicado em dezembro já continha comentários explicativos a respeito de medidas já tomadas, assim como um sumário destas ações entre abril e novembro de 1964. Durante este período, pelo menos, o Programa de Ação foi mais uma explanação e justificação do programa de reformas do Governo do que um guia para tal programa" ¹⁹.

A política regional explícita se limita a afirmações a respeito da necessidade de se reduzir as desigualdades através de projetos prioritários de investimentos no Norte e Nordeste e através de políticas de incentivos fiscais.

16 *Ibid* pp. 81-7. Um determinado analista, embora aceitando a possível relação entre inflação e acentuação da desigualdade regional, critica esta secção do Plano Trienal por apresentar contradições entre a tese e os dados apresentados. Este analista mostra que, a não ser o ano de 1958, o período de 1955 a 1960 compreende uma melhoria na posição relativa do Nordeste. Veja: Marcio Olympio Guimarães Henriques, *Programas Regionais e Planos de Desenvolvimento do Governo Federal*, Belo Horizonte, CEDEPLAR, Texto para Discussão n.º 3, novembro de 1974, p. 10.

17 Plano Trienal, op. cit. p. 867.

18 *Ibid*, p. 52.

19 Robert T. Daland, *Brazilian Planning: Development Politics and Administration*, Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1967, p. 91.

e) O Programa Estratégico de Desenvolvimento (1968-70) ²⁰

Políticas regionais explícitas no Plano que cobre os anos 1968-70 são limitadas. Desde que, na época de sua concepção, as preocupações do Governo se dirigiam, principalmente, para a necessidade de aumentar o nível do crescimento nacional, juntamente com a continuação das medidas gradualísticas de estabilização, a maior parte das análises nos documentos se volta para as matérias globais. Os planos oficiais de investimentos (tabelas do apêndice) não possuem itens com linhas regionais específicas. Os impactos regionais implícitos dos setores para os quais a maioria dos recursos foi canalizada — transportes, energia, habitação, etc. — será examinada adiante.

No entanto, ocorreram mudanças institucionais com respeito a tomada de decisões quanto à política regional, nesta época; a criação do Ministério do Interior centralizou as tomadas de decisão a nível federal. As agências regionais como a SUDENE, a SUDAM, o Banco do Nordeste, e outros, foram sujeitas a seu controle, fato que pode ser justificado como o desejo de superar o conceito da política regional como sendo um jogo no confronto entre regiões, para substituí-lo pelo de uma atuação nas relações entre o conjunto nacional e seus componentes que seriam as regiões, visando a integração nacional ²¹. Dentro de um conceito sistêmico, o conjunto, o País, é mais que uma simples soma das suas partes, as Regiões ²². Vale dizer, portanto, que esta mudança institucional como que ajudasse a formulação de políticas regionais mais coerentes com a prevalência do conceito nacional.

Deste modo, ligada à escala nacional desejada, é embutida uma dimensão regional na expansão do mercado, definida no Programa, quando se refere à realização da integração do mercado nacional, particularmente no tocante ao Nordeste e Amazônia. Prevê-se que a SUDAM, setor público, promoveria a colonização e o povoamento, desenvolvendo pólos de investimentos, bem como a pesquisa de recursos minerais. Para o Nordeste foram delineadas diretrizes setoriais na Agropecuária, Indústria e Infra-estrutura (notadamente nos setores de energia e transporte rodoviário). Mantém-se o espírito de investimentos setoriais e capazes de causarem impacto na regionalização.

É interessante observar que à medida que se vai fixando esta conceptualização sistêmica, também se amplia o reconhecimento da existência de diversos níveis regionais abaixo da macrorregião, correspondendo a diferentes escalas geográficas. O Plano em pauta se refere ao fato da ação conjunta do setor privado e público se deverem dar em pólos de investimento e sugere que a conseqüente concentração espacial induziria o crescimento das áreas vizinhas a estes pólos. A idéia de pólos é justificada pela limitação de recursos, pela seleção de prioridades e sobre o impacto substancial que pode produzir.

Na realidade, como o modelo econômico do desenvolvimento vem enfatizando cada vez mais a expansão do consumo dos bens duráveis

20 Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, *Programa Estratégico de Desenvolvimento. 1968-70*, junho de 1968, 2 v.

21 ... "as grandes Superintendências, como a SUDENE, SUDAM, SUDESUL e possivelmente aquela vinculadas à Região Centro-Oeste (SUDECO) e ao Vale do Paraíba (SUDEVAP) destinar-se-ão exclusivamente a trabalhos de planejamento e coordenação, atendendo a nova filosofia do Governo, exonerando-se, assim, de tarefas de execução direta". Ministério do Planejamento — *Programa Estratégico de Desenvolvimento*, op. cit.

22 Pedro Pinchas Geiger, Reflexões sobre a Regionalização, *Simpósio Renovação da Geografia*, Associação dos Geógrafos Brasileiros, Rio de Janeiro, 1973, p. 107.

ligados à urbanização, nada mais natural que o tema da urbanização, com todos os problemas que iriam surgindo e a ela vinculados, passasse a ser alinhado ao lado do tema da regionalização. Deste modo, o Programa Estratégico de Desenvolvimento contém uma parte dedicada ao Desenvolvimento Regional e Urbano.

É no bojo deste Plano que se propõe a criação do Fundo de Participação dos Estados e Municípios, reunindo 20% da arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados. De certo modo este Fundo deveria compensar a perda da capacidade arrecadadora dos Estados e Municípios em favor do Governo Central que reformas fiscais vinham provocando. No entanto, as regras estabelecidas para a distribuição deste Fundo continham alguns conceitos de equidade, ao prever cotas proporcionalmente maiores para o interior dos Estados.

f) O Plano de Metas e Bases (1970-72) ²³

Este Plano foi de natureza transitória, concebido como instrumento da continuidade do processo do planejamento, por um período curto, enquanto era elaborado um tipo de programa de mais longo prazo.

Embora concentrado nos objetivos de rápido crescimento industrial continuado, e na elevação da taxa do crescimento global da agricultura, o Metas e Bases incluiu uma seção dedicada ao objetivo de desenvolver um programa para a integração nacional. No que tange ao Nordeste, seu objetivo era de alcançar um crescimento anual de 7% e aumentar as oportunidades de emprego. Uma preocupação maior dizia respeito à reorientação da migração rural-urbana, para induzi-la na direção das fronteiras agrícolas do Nordeste, especialmente para os vales úmidos. Estreitamente relacionado com esta orientação se encontra o plano de desenvolver e ocupar a Região Amazônica.

O programa específico de investimentos projetado (apêndice, tabela 2) alocava 6,8%, explicitamente, para programas regionais de desenvolvimento (principalmente no Nordeste e na Região Amazônica). No entanto, tomando-se em conta os investimentos setoriais, como pode ser observado nas tabelas do apêndice, a sua distribuição regional mostra que, na maioria dos casos, eles foram enviesados contra as regiões mais pobres do País — isto é, a proporção de investimentos em aço, químicos, saúde pública, e outros, dirigidos para as regiões mais pobres, foi consideravelmente menor que a sua proporção destas regiões em população.

Em outras palavras, podemos dizer, talvez, que a preocupação com um aumento relativo acentuado dos preços agrícolas levava o Governo a formular programas voltados para a expansão da fronteira agrícola, mas que o grosso dos investimentos ainda se dirigia a outros setores da economia e, deste modo, atuando em favor da concentração. No que diz respeito ao setor agrícola observa-se, aliás, que a sua expansão passa a revelar novas formas de concentração empresarial.

g) O Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (PND .I.) 1972-74 ²⁴

Este Plano foi desenvolvido num período em que o surto econômico do Brasil, iniciado em 1968, ganhava mais força. Os objetivos do Plano

²³ Brasil, Presidência da República, *Metas e Bases para a Ação do Governo*, setembro de 1970.

²⁴ República Federativa do Brasil — *I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND)*, 1972/74, dezembro de 1971.

evidenciam a euforia que tomou conta dos tomadores de decisão. Seus três objetivos principais eram: transformar o Brasil, no espaço de uma geração, em um País desenvolvido; dobrar a renda per capita do País por volta de 1980; e atingir taxas anuais de crescimento real do Produto Interno Bruto da ordem de 8 a 10% ²⁵.

O cerne do Plano diz respeito aos objetivos globais do País e que se referem ao alto crescimento industrial e a investimentos de infraestrutura necessários para a indústria e também para o setor moderno da agricultura. Este Plano, porém, dá maior atenção que os anteriores às necessidades de investimentos da infra-estrutura social, como na habitação, assim como a programas chamados de integração social, basicamente aos fundos de seguro social, como o PIS e o PASEP.

Os objetivos indicados pelo I PND seriam alcançados através de uma estratégia de desenvolvimento que aproveitasse ao máximo o potencial de crescimento do País, expandindo a fronteira econômica, melhorando a qualificação dos recursos humanos e consolidando o mercado interno através de uma maior vinculação do centro-sul com a industrialização do Nordeste. A ampliação do mercado se efetuariá, pelo lado da produção, através da redução da parcela de subempregados em zonas urbanas e da eliminação da agricultura de subsistência e pelo lado de demanda mediante uma política de distribuição de renda.

Programas regionais explícitos no PND I contam apenas por 5,9% do total de investimentos planejados. No entanto, o tema do desenvolvimento regional é tratado num contexto muito mais amplo do que anteriormente. Ele é considerado não somente sob o ângulo da redistribuição regional da renda, de propósitos de equidade, mas também do ponto de vista da integração nacional. Afirma-se que, através do desenvolvimento das áreas periféricas e de suas ligações com o centro dinâmico do País, o mercado interno crescerá mais rapidamente, tornando possível manter altas taxas de crescimento econômico ²⁶.

A política de integração nacional supunha desenvolver áreas como o Nordeste e a Amazônia sem contudo prejudicar o dinamismo do centro-sul. Os investimentos principais da política seriam o uso continuado dos incentivos fiscais e algum emprego de gastos diretos do Governo em projetos de investimentos. O primeiro seria usado para acelerar o processo de substituição de importações nas regiões mais atrasadas em relação ao centro-sul; para fortalecer o uso de recursos de matéria-prima daquelas regiões e para ampliar as exportações de seus manufaturados para outras regiões e para o exterior. Agências federais, como o BNDE, dariam suporte ao processo de industrialização do Nordeste.

O Plano contém, igualmente, algumas declarações a respeito da necessidade de acelerar o crescimento rural nas regiões mais atrasadas do Nordeste e da necessidade de tratar do problema das secas periódicas nas regiões semi-áridas, através da construção de mais reservatórios, da exploração de água subterrânea, da construção de barragens, de programas de reflorestamento e outras obras de engenharia rural. O Programa de Integração Nacional — PIN e o Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste

²⁵ Ibid, pp. 14-5.

²⁶ Ibid, p. 25.

(PROTERRA) complementam a estratégia de desenvolvimento do Nordeste.

O desenvolvimento da Região Amazônica também é encarado como contribuição à solução do problema do Nordeste. Esperava-se que, através da construção do sistema rodoviário da Transamazônica, a implantação de comunidades ao longo de suas vias, a modernização das facilidades portuárias de Belém, Santarém e Manaus, resultasse que um excesso da população do Nordeste pudesse ser mais efetivamente absorvido na economia ²⁷. Os incentivos fiscais para a Amazônia compreendem a SUFRAMA, agência de Porto Franco.

Pela primeira vez na história do planejamento do Brasil encontra-se no PND I a inclusão explícita do centro-sul como parte da política regional. A área, reconhecida como o núcleo econômico do País, deveria ter sua posição mantida e consolidada, para garantia da continuidade das altas taxas de crescimento nacional. Neste quadro o centro-sul é encarado como o espaço a continuar a absorver a maior parte dos investimentos de equipamentos de capital na indústria e na agricultura. Para que se consolidasse o crescimento da Região foi salientada a necessidade da implantação de indústrias de tecnologia mais avançada, como o foi também a necessidade da expansão de setores básicos (especialmente aço e construção naval), a necessidade de criação das primeiras regiões metropolitanas no Brasil (Grande São Paulo e Grande Rio) e a necessidade de estabelecimento de organizações de *marketing* de escala grande, e que implica naturalmente em fusões de empresas.

No Sul e no Nordeste o Plano pretende que os *pólos* de integração sejam representados pela integração da agricultura à indústria e no Centro-Oeste e na Amazônia pela integração da agricultura e da mineração.

Como se vê, o Plano se coaduna, de certa forma, com o modelo *centro-periferia*. Ele nos faz pensar na necessidade de distinguir conceitos e escalas de regiões, isto é, regiões tal como existem, ou como oficialmente adotadas através de estudos acadêmicos; *regiões* que se encontram implícitas nos Planos (quando tratam dos problemas de escala na economia e de problemas urbanos), e regiões que resultam da aplicação dos Planos.

h) O Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (PND II) 1975-79 ²⁸

A política explícita regional do PND II é bastante similar à do Plano anterior. No entanto, há a considerar:

1.º — que a proporção do programa de investimentos prevista para as políticas regionais explícitas se elevou dos 5,9% alocados no I PND para cerca de 9,5%;

2.º — que o tema urbano ocupa cada vez mais espaço no planejamento nacional, agora encarado nitidamente sob dois ângulos distintos: o do sistema de cidades e o da organização interna das cidades. A este último se vinculam as preocupações com qualidade de vida e meio-ambiente.

O centro-sul, naturalmente, continua sendo encarado como o núcleo do desenvolvimento do País. No entanto, o evento da fusão dos Estados da Guanabara e Rio de Janeiro revela uma sensibilidade e preocupa-

²⁷ Ibid., pp. 28-30.

²⁸ República Federativa do Brasil, *Projeto do II Plano Nacional de Desenvolvimento* 1975-79, setembro de 1974.

ção crescente com problemas cuja escala geográfica é maior que a macrorregião. A fusão mostra que, ao se focalizar a macrorregião mais desenvolvida, o Sudeste, os desequilíbrios internos foram considerados, almejando-se uma igualdade intramacrorregional maior, ou seja, entre as áreas centradas no triângulo econômico São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte.

O Plano também procura se utilizar das políticas de interiorização para propósitos da política demográfica ²⁹. Deste modo, a ocupação dos espaços vazios do Centro-Oeste e Amazônia se ajustaria à política populacional do Governo não intervencionista quanto ao controle da natalidade. Isto sem mencionar que o Plano estabelece que a ocupação de espaços abertos, por prover o crescimento da fronteira agrícola, resultaria num incremento de suprimentos de produtos alimentares, minerais e outras matérias-primas. O excesso da população em certas áreas é encarado como um ativo a favor de uma expansão do produto e do mercado interno.

No II PND o problema do Nordeste é objeto de um programa amplo de investimentos federais e privados, estes induzidos pelo sistema de incentivos fiscais ³⁰. Ênfase é dada à criação de diversos *pólos de desenvolvimento* na Região como, por exemplo, o pólo petroquímico na Bahia, o complexo mineral-petroquímico-regional, incluindo o pólo de Salvador que se estende por um eixo a Aracaju e Maceió, articulando, ainda, pólo de fertilizantes, um complexo de maquinaria elétrica e de metais, assim como ao fortalecimento das indústrias mais tradicionais (como têxteis, calçados, etc.). O Plano prevê o investimento federal de 100 bilhões de cruzeiros, entre 1975 e 1979, no Nordeste, dos quais 10 bilhões de Programas Especiais e 11 bilhões de incentivos fiscais, estes equivalendo a 73% do total dos incentivos; a garantia de recursos para a industrialização é de 40 bilhões.

Prevê ainda o Plano que fundos federais se destinariam para o crescimento e modernização do setor agrícola do Nordeste, especificando projetos para a industrialização do algodão, mandioca, frutas regionais e outros bens; irrigação de novas áreas; desenvolvimento do setor pecuário; etc. ³¹. Todos estes projetos contam como reforços destinados à modernização da agricultura do Nordeste e à sua diversificação.

Em relação à Amazônia o Plano também desce a um maior detalhamento quanto à localização dos investimentos, nomeando 15 áreas geográficas como pólos de desenvolvimento. Trata-se de programas de exploração mineral (como o esquema integrado Carajás—Itapuí envolvendo minério de ferro e siderurgia ou o conjunto bauxita—alumínio de Trombetas—Belém), de aproveitamento do potencial hidrelétrico, de desenvolvimento de recursos florestais, de uso racional dos solos, de conclusão do Distrito Industrial da Zona Franca.

3 — A DIMENSÃO REGIONAL DOS PROGRAMAS SETORIAIS

Foi visto na seção anterior que programas regionais explícitos reuniam pequena proporção dos planos governamentais de investimento. Torna-se, portanto, importante analisar o impacto da distribuição regional dos programas setoriais do Governo para determinar o impacto líquido das políticas governamentais nas desigualdades regionais.

²⁹ Ibid, pp. 49-50.

³⁰ Ibid, p. 54.

³¹ Ibid, pp. 54-5.

Seria útil possuir dados quanto à origem regional dos impostos federais do País, assim como quanto ao destino regional das despesas. Infelizmente só há disponibilidade quanto ao primeiro. Uma forma indireta de avaliação do impacto regional dos Programas de Governo consiste em examinar informações disponíveis quanto à distribuição regional de programas de investimento.

Informações de distintos graus de qualidade foram reunidas em tabelas no fim deste artigo, lançando alguma luz na distribuição regional dos seguintes setores: aço, energia, saúde, transporte, petróleo e habitação. Note-se que estes setores contêm cerca de 65% do total de investimentos da maior parte dos Planos. Outro indicador do impacto do Governo consiste na distribuição regional dos empréstimos do BNDE.

Ao se verificar a distribuição regional destes setores, dois fatores básicos devem ser levados sempre em consideração quanto às macrorregiões brasileiras: primeiro, que a distribuição regional da população em 1970 era a seguinte:

— Norte	3,9%
— Nordeste	30,3%
— Sudeste	42,7%
— Sul	17,7%
— Centro-Oeste	5,5%
Total	100,0%

Enquanto que a distribuição regional da renda nacional no mesmo ano era a seguinte:

— Norte	2,0%
— Nordeste	12,0%
— Sudeste	42,6%
— Sul	17,5%
— Centro-Oeste	3,8%
Total	100,0%

Antes de passarmos ao exame individual de cada setor, cabe levantar a dúvida sobre a validade de se comparar setores que têm implicações espaciais diferentes sob mesma escala regional de macrorregiões. Um setor como o siderúrgico se expressa punctualmente, onde um ponto pode atender toda uma região macro; já setores como o de saúde ou educação, ligados à urbanização e/ou à industrialização, pouco têm a ver com dimensões regionais no sentido macro. Este é um tema para ser desenvolvido em outros estudos. Na apresentação dos setores, iniciaremos por aqueles que são punctuais por natureza (siderurgia e petroquímica); em seguida abordaremos aqueles que envolvem espaços amplos ou áreas (energia, transporte), embora contendo significados diferentes, e finalmente aqueles ligados à urbanização e/ou à industrialização (saúde, educação, habitação):

a) *Siderurgia* — A partir dos anos 50, notadamente com a implantação do Plano de Metas, o setor público passa a ser o orientador da conjuntura siderúrgica no País, pois enfatizava a criação de indústrias produtoras de insumos básicos. As empresas constituídas pelo Governo

na época — Companhia Siderúrgica Nacional, Usiminas, Cosipa e Acesita passam a representar as grandes escalas de produção do setor. Estas quatro empresas, que em 1970 representavam 57% da produção, se concentravam geograficamente no Sudeste. Examinando-se os relatórios do BNDE, verifica-se que o Banco incentivava preponderantemente o setor siderúrgico e, portanto, grande parte dos investimentos canalizavam-se para a Região Sudeste.

Notar-se-á na tabela 5 que o núcleo produtor de aço do Brasil se localiza no Sudeste. Em 1968 as usinas de aço desta macrorregião contavam com cerca de 98% do total do capital investido neste setor. O Plano Siderúrgico Nacional, com início em 1970, não se propõe a alterar esta distribuição. Mas em 1972 esta concentração declinou ligeiramente, passando o Sudeste a contar somente com 91%, o Sul com 5% e o Nordeste com 4%. Este crescimento das duas últimas Regiões reflete investimentos em novas instalações realizadas nos Estados da Bahia e do Rio Grande do Sul. É interessante lembrar que no setor do aço, a participação governamental, excluída a Acesita, é de 54,10% em 1970.

b) *Petroquímica* — Embora este setor industrial absorva grande quantidade de capital, sua tecnologia é tal que não permite larga distribuição pelo espaço geográfico. Requer elevado apoio de utilidades (água, vapor, energia, etc.) e de facilidades (armazenamento e manuseio). Resulta numa indústria localizada em alguns pólos, principalmente Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Bahia e Rio Grande do Sul.

A implantação da Petroquímica no Brasil está intimamente ligada à criação da PETROBRÁS. Em 1957 a Empresa instalou uma unidade de amônia e fertilizantes em Cubatão, São Paulo. No ano seguinte começou a produzir etileno e no outro, propileno, a partir do gás da refinaria de Cubatão, Refinaria Presidente Bernardes, já que o País é carente de recursos significativos de gás natural.

Em 1961, entrando a Refinaria Duque de Caxias em funcionamento, um outro núcleo petroquímico se implanta no Rio de Janeiro, iniciando a produção de borracha sintética.

Em 1967, através do Decreto n.º 61.981, foi criada a PETROBRÁS QUÍMICA S.A. — PETROQUISA, como subsidiária da PETROBRÁS e com possibilidade de associar-se a pessoas jurídicas de direito privado, brasileiras e estrangeiras. A partir de 1971 a PETROQUISA assumiu a incumbência de promover a implantação do Pólo Petroquímico do Nordeste e tendo para este mister criado uma subsidiária, a COPENE — PETROQUÍMICA DO NORDESTE S.A., com o objetivo precípua de planejar, dimensionar, promover a constituição de empresas, bem como coordenar projetos de infra-estrutura.

Para analisar-se a distribuição regional dos recursos do Governo no setor petroquímico, utilizou-se como indicador a participação da PETROQUISA ou das suas subsidiárias no capital social das distintas empresas do setor. Obviamente esta alocação dependerá das vantagens locais das diferentes regiões — presença de gás natural e/ou proximidade do mercado consumidor.

A tabela 8 denota que há uma contribuição maciça do setor público no Pólo Petroquímico do Nordeste, seja nas unidades em funcionamento seja nas unidades implantadas; isto se deve à vantagem locacional que possui esta Região (presença de gás natural) para a produção de petroquímicos bem como aos incentivos fiscais propiciados pela SUDENE.

A vantagem locacional do Nordeste para a Petroquímica, bem como os incentivos governamentais, tiveram por consequência o Pólo Petro-

químico da Bahia que reúne um conjunto de 32 empresas, das quais 12 se encontram em operação e 10 em implantação. Estas unidades estão localizadas em três pontos da Região Metropolitana de Salvador: no Complexo Petroquímico de Camaçari, COPEC, que é o Centro Básico, no Centro Industrial de Aratu — CIA, e no Município de Candeias. Já se pode perceber o efeito germinativo do Pólo Petroquímico pelos *linkages* que este setor possui atraindo outros projetos químicos, indústria de transformação e projetos mecânicos, bem como indústrias que apoiam as atividades do Complexo (caldeirarias, construção civil, empresas especializadas de transporte, etc.). A participação do capital estadual no Pólo Petroquímico de São Paulo é restrito, e se deve ao fato de as empresas ali existentes terem sido primeira e substancialmente com capital privado.

De qualquer modo, porém, o Sudeste concentrava a maior parte da capacidade produtiva do setor nos meados dos anos 70. Em 1974, por exemplo, 80% do petróleo era refinado nesta macrorregião e 10% no Nordeste.

c) *Geração de energia elétrica* — Embora investimentos significativos para a geração de energia tenham sido realizados em regiões menos desenvolvidas do País, a participação do Sudeste neste setor continua bem acima de sua fração de população. A distribuição regional da capacidade instalada de energia elétrica é a seguinte, em 1969 e 1974:

REGIÕES	1969	1974
	(%)	
Norte	1,5	2,8
Nordeste	8,4	11,7
Sudeste	69,8	64,7
Sul	11,0	10,9
Centro-Oeste	9,3	9,9
TOTAL	100,0	100,0

Deve-se considerar ainda que a energia gerada em uma região pode ser consumida noutra; por exemplo, a energia produzida em Jupia, Mato Grosso, é vendida em São Paulo.

d) *Transporte* — Como se pode ver na tabela 9, processou-se uma redistribuição regional considerável quanto à participação no sistema viário nacional ao longo do período de 20 anos, de 1953 a 1973. Neste intervalo de tempo a fração do Nordeste se elevou de 20 a 26%, enquanto o Sudeste declinou de 45 a 33%. O Sul cresceu de 24 a 27% e as duas outras macrorregiões de 11 a 14%. No entanto, na medida em que este desenvolvimento facilitou o comércio entre as macrorregiões, estes investimentos não podem ser considerados necessariamente de redistributivos em sua natureza. Pode-se, inclusive, pensar que a melhoria das condições rodoviárias no Nordeste contribui para tornar o comércio que esta Região mantém, como o resto do País, substancialmente deficitário ³².

32 David E. Goodman e Roberto Cavalcanti de Albuquerque — *Incentivo à Industrialização e Desenvolvimento do Nordeste*, Rio de Janeiro, IPEA — Coleção Relatórios de Pesquisa n.º 20, 1974, pp. 70-9.

e) *Saúde* — A observação de dados a partir do início da década de 50 (tabela 10) comprova a persistência da concentração geográfica de gastos de saúde no Sudeste. A fração de gastos em saúde nesta Região foi substancialmente superior à sua fração de população, em mais de 50%, enquanto que para o Nordeste os dispêndios foram dramaticamente inferiores, 11,2% para uma população de 30,3%.

f) *Educação* — Uma concentração regional similar de dispêndios pode ser constatada neste setor (tabela 11). No entanto, no começo dos anos 50, a partir do Sudeste foi de mais de 70%, declinando para 65% por volta de 1970, acompanhando o declínio na participação em população urbana de 57,07% para 55,61% (tabela 12). No Sul e no Centro-Oeste a participação nas despesas da educação e cultura aumenta de 1950 a 1970, do mesmo modo que suas participações em população urbana. Entretanto, no Nordeste, os gastos caíram proporcionalmente muito mais que a fração de população urbana. Nesta Região os gastos flutuam entre 12,2% e 5,4%, notando-se um declínio constante de 1951 (12,2%) a 1962 (5,4%) e uma ascensão constante de 1966 (6,6%) a 1970 (9,7%). É interessante verificar que a proporção dos gastos com educação e cultura no Nordeste, Sudeste, Sul e Norte é mais conforme a proporção de pessoal ocupado na indústria do que a população urbana em 1970 (tabela 12). Na medida que a industrialização se concentra no centro-sul, a educação não tem funcionado como um mecanismo de minimizar os desequilíbrios regionais.

g) *Habitação* — O BNH foi fundado em 1964 com duplo objetivo: incrementar a construção de habitações e minimizar, através da expansão deste setor, o desemprego que se produziria em outros setores pelo combate à inflação. O primeiro objetivo visava a solucionar a crise habitacional gerada pelo crescimento da população urbana.

O mandato original do Banco se restringiu a promover a construção e a aquisição da casa própria, sobretudo pelas classes de menor renda. Nos últimos anos, porém, a atuação do BNH foi ampliada, transformando-se em principal instrumento financeiro do Governo Federal no campo do desenvolvimento urbano.

A tabela 13 mostra os resultados acumulados até 31-12-68 em UPC, para os empréstimos, investimentos e mútuos: a maior parcela de recursos foi destinada ao Sudeste, 62,21%; às Regiões Sul e Nordeste coube praticamente 13,98% e 10,89% respectivamente; a participação do Norte foi de 2,20%, enquanto que ao Centro-Oeste atribuiu-se 8,98%. Em 1969 estas proporções praticamente se mantiveram: 64,94% no Sudeste, 11,98% no Sul, 12,10% no Norte e 7,35% na Região Centro-Oeste. Quando se compara os dados relativos a este período com os volumes acumulados até 30-06-74 (tabela 13) o panorama se modifica: a participação do Nordeste aumenta para 18,93% em detrimento da Região Sudeste, significando que a partir de 1969 houve uma preocupação maior com o Nordeste, fazendo com que se intensifiquem substancialmente os empréstimos, os mútuos e os investimentos nesta Região (29,59%, 26,00%, 18,93%, respectivamente, contra 14,20%, 13,88%, 12,10% em 1969).

Esta mudança na tendência parece estimulante, mas, ao se confrontar os volumes de convênios e contratos por Região pelo BNH com os dados de população urbana nas mesmas, os desequilíbrios regionais atingem maiores proporções. Em 1969 a participação do Sudeste no volume de convênios foi de 64,94%, enquanto que sua participação na população urbana foi de 55,16%. Já no Nordeste ocorre o contrário,

sua parcela no total de convênios e contratos (12,10%) atinge a metade de sua participação na população urbana (22,56%). Mais uma vez, a atividade setorial tendeu a reforçar as disparidades regionais.

REGIÕES	% DO VOLUME DOS CONVÊNIOS E CON- TRATOS POR REGIÃO	% POP. URBANA/POP URBANA TOTAL
	(1969)	(1970)
Norte	1,41	3,12
Nordeste	12,10	22,56
Sudeste	64,94	55,62
Sul	11,98	14,02
Centro-Oeste	7,35	4,68
BRASIL	(1) 100,00	100,00

FONTES: IBGE, *Censo Demográfico 1970* e BNH, *Relatório de Atividades 1969*.

(1) Inclusive os convênios e contratos a discriminar.

4 — O IMPACTO REGIONAL DO BNDE

O Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, fundado em 1952, foi um dos principais instrumentos das estratégias do Governo nas suas políticas de industrialização. Criado para financiar de preferência os setores de infra-estrutura econômica, transporte e energia, derivou o Banco, numa segunda fase, para o financiamento de indústrias básicas, ainda que efetue empréstimos àqueles setores em caráter supletivo. Dada esta orientação, não foi surpresa que em sua distribuição de recursos pouca atenção tenha sido dada à equidade regional. Como se vê na tabela 4, no período de 1958 a 1974, o Sudeste recebeu em média mais de 70% dos empréstimos do BNDE, enquanto que o Nordeste só recebia 8,4% e o Sul 13%.

É interessante observar, no entanto, alterações na distribuição regional dos recursos. Antes de 1961 a concentração regional destes empréstimos fora maior, sendo, respectivamente, de 80,5%, 2,5% e 5,5%.

Com a conscientização do agravamento dos desequilíbrios regionais conseqüentes da industrialização substitutiva e com a implantação da SUDENE, o Nordeste passou a ocupar uma atenção especial na política nacional. Em 1962 a participação desta Região nos recursos do BNDE atingiu 9,81%, mas esta situação não perdurou dado a instabilidade política institucional da época. É importante ressaltar que neste ano a participação da Região Centro-Oeste chegou a atingir 12,48%, refletindo os gastos públicos com a criação de Brasília. De 1964 a 1966, período em que vingou o PAEG, o Sudeste retomou a sua posição, concentrando os recursos, e a política de desenvolvimento regional perdeu sua ênfase, já que a preocupação com a contenção da inflação e o aumento da taxa de crescimento era a meta substancial do Governo. A participação da Região foi de 81,53%, enquanto ao Nordeste e ao Sul coube 4,84% e 5,74%, respectivamente.

A partir de 1967 as Regiões Sul e Nordeste melhoraram a sua participação nos recursos canalizados pelo BNDE em detrimento da Região Sudeste. Durante o período em que se implantou o PED, 1968-

1970, a participação percentual das regiões foi 1,45% Norte, 11,97% Nordeste, 55,22% Sudeste, 17,31% Sul, 2,36% Centro-Oeste e 4,99% nos recursos inter-regionais. Analisando a distribuição dos recursos por programas, em 1969 (tabela 8), no Nordeste destacaram-se o Fundo de Reparelhamento Econômico (26,43% do total dos recursos do Fundo) e a FINAME — Agência Especial de Financiamento Industrial (7,83% do total dos recursos). Em 1970 (tabela 9) estes percentuais foram 21,18% e 6,05%, respectivamente. Na Região Sul, em 1969, a contribuição do FRE foi menor 7,76% do total de recursos do Fundo, enquanto a FINAME e a FIPEME (Programa de Financiamento à Pequena e Média Empresa) atingiram 21,23% e 16,67%, respectivamente. Em 1970 (tabela 9) estes percentuais atingiram 27,96% e 27,08%.

No período em que vigorou o I PND (1972-74), a participação da colaboração aprovada pelo BNDE mostrou a seguinte distribuição: Norte 1,1%, Nordeste 15,1%, Sudeste 55,5%, Sul 17,9%, Centro-Oeste 3,4% e 7,0% foi a colaboração inter-regional. A Região Nordeste melhorou a sua posição basicamente em função da intensificação da ação da FIPEME, Programa de Financiamento à Pequena e Média Empresa (21,97% do total dos investimentos do Fundo), da FINAME (13,17% do total dos investimentos do Fundo), e do FRE, Fundo de Reparelhamento Econômico (26,03%). Os recursos se destinaram a serviços de utilidade pública e à industrialização.

5 — ATUAÇÃO REGIONAL DOS BANCOS

Em fins de 1974 o saldo dos depósitos à vista e a curto prazo em bancos privados indicava 77,1% para o Sudeste, 14,9% para o Sul e apenas 5,3% para o Nordeste. Este índice do Nordeste declinara em relação a 1971, quando foi de 6,8%; no entanto, os depósitos de entidades públicas cresceram de 8,1% para 8,2%, para a mesma Região. No Sudeste declinaram os depósitos das entidades públicas de 70,5% para 64,0%, enquanto no Centro-Oeste, certamente dado o papel de Brasília, cresceram de 3,9% para 10,2% (tabela 15a).

O saldo dos empréstimos dos bancos privados em 1974 era ligeiramente superior ao saldo dos depósitos no Nordeste: 6,9%, tendo sido 7,9% em 1971. O declínio entre 1971 e 1974 foi devido aos setores agrícola e pecuário; no entanto, estes setores cresceram neste período tanto no Sul como no Centro-Oeste (tabela 15b). Pelo menos entre 1971 e 1974 nota-se retração acentuada dos saldos da participação bancária nos setores primários do Nordeste.

No caso do Banco do Brasil, o saldo dos depósitos do Nordeste é proporcionalmente pouco maior em 1974 do que o dos bancos privados: apenas 5,9%; mas o Sul e o Sudeste figuram apenas com 9,7% e 50,8%, porque o Centro-Oeste é responsável por 32,3%, dado a influência de Brasília. No entanto, quanto aos saldos dos empréstimos, a participação do Nordeste é bem superior ao que se passa nos bancos privados, sendo de 13,8%. Esta fração é bem superior aos 9,1% de 1969, indicando certamente alguma política de regionalização dos empréstimos do Banco do Brasil (tabela 15c).

Tomando-se o conjunto de bancos oficiais, o saldo dos empréstimos em 31-12-74 era de 17,2% para o Nordeste, dado bem mais elevado que o do Banco do Brasil isoladamente e muito mais alto que o dos bancos privados. Além disso, é superior ao saldo de 15,9% em 1971. Portanto, ao que tudo indica, o financiamento das atividades econô-

micas do Nordeste depende de forma crescente dos bancos oficiais, enquanto declina relativamente o interesse dos bancos privados. Estes últimos mantêm certo interesse no setor industrial nordestino, mas quanto à agricultura e à pecuária, são os bancos oficiais quem mantêm o nível relativo dos empréstimos (tabelas 15d e 15e). Graças aos bancos oficiais, no total geral, o Nordeste elevou o saldo dos empréstimos de 12,7% em 31-12-71 para 13,6% em 31-12-74.

6 — MEDINDO O IMPACTO REGIONAL TOTAL DO PROGRAMA FEDERAL: UMA PRIMEIRA TENTATIVA

Na ausência de informações diretas quanto à distribuição regional dos gastos do Governo Central, tentamos uma forma indireta de esticar o impacto regional dos programas de Governo. Tomando-se os principais itens do Plano Nacional de Desenvolvimento I e II, dividiu-se os gastos de cada item entre as Regiões Sudeste, Sul, Nordeste e o restante do País, de acordo com a evidência indireta. Por exemplo, a proporção dos gastos de investimentos em educação nas diversas Regiões se baseia em informações relativas e gastos correntes em educação em cada macrorregião, divulgadas pelo Ministério da Educação; gastos de investimento em aço se baseiam em informações disponíveis a respeito da distribuição regional do valor do capital das empresas de aço; gastos em transporte se baseiam na distribuição regional do sistema viário³³, gastos gerais na indústria foram relacionados às Regiões conforme informações contidas nos recentes censos industriais; etc.

Os viés das estimativas favorecem provavelmente às Regiões mais atrasadas. Por exemplo, o Sudeste tinha apenas 30% da extensão rodoviária do País, e foi esta a proporção atribuída aos investimentos neste setor nesta macrorregião. No entanto, com toda a certeza, o tipo de estradas e outros gastos de transportes (como portos) que ocorreram no Sudeste contribuíram para que nesta macrorregião os investimentos fossem maiores neste setor do que nas regiões mais atrasadas, resultando que a proporção atribuída ao Sudeste foi subestimada.

A tabela 17 testemunha que os programas federais combinados, setoriais e regionais, não tiveram impacto redistributivo muito grande. As estimativas indicam que o Sudeste recebe do Governo proporcionalmente mais do que seu peso populacional, embora ligeiramente menos que sua parte na renda nacional. Do mesmo modo, o Nordeste recebe menos que sua participação da população nacional, embora pouco acima de sua percentagem na renda nacional. No entanto, nem a afirmação de que, no total o Programa do Governo foi ligeiramente redistributivo, pode ser feita. O que a tabela mostra foi apenas programas de investimentos planejados e é de se esperar, tendo em vista a natureza da economia do Sudeste, mais desenvolvida (especialmente face ao Nordeste), que as repercussões multiplicadoras dos gastos em investimentos favoreçam ao Sudeste mais que ao Nordeste. Em outras palavras, pode-se esperar por substanciais drenagens das menos desenvolvidas para as mais desenvolvidas regiões, à medida que estes programas de investimento a fazem sentir. Deste modo pode acontecer que, se pudéssemos

33 Neste caso há, na realidade, o perigo de grandes distorções, uma vez que a quilometragem do sistema viário não refletirá investimentos na melhoria das estradas já existentes ou no material rolante.

medir o impacto total destes Programas de Governo, as repercussões secundárias soterrarão os leves graus iniciais da redistributividade regional.

Igualmente, a tabela 16 mostra que as despesas realizadas através do orçamento federal, pelas diversas agências regionais, alcançavam proporções oscilantes entre 1956 e 1970. Por exemplo, a SUDENE comparece com 20,1% em 1961, e 71,1% em 1974, a SUDAM comparece com 58,3% em 1961 e 18,6% em 1964. A partir de 1972 nota-se maior regularidade na distribuição do orçamento: 12,4% em 1972, 18,5% em 1973 e 12,1% em 1974 para a SUDAM; 50,4% em 1972, 53,6% em 1973 e 42,9% em 1974 para a SUDENE.

7 — CONCLUSÃO

Neste breve levantamento mostramos como as preocupações explícitas a respeito dos problemas regionais foram aparecendo gradualmente nos Planos de Governo Federal. No entanto, mesmo quando programas regionais explícitos foram incorporados nos ditos Planos, eles eram pouco relacionados aos programas setoriais. Ou seja, o conteúdo regional dos programas setoriais não era conciliado com os objetivos dos planos regionais explícitos. Embora a nossa análise fosse apenas de natureza exploratória, revelou que o impacto do conjunto das atividades federais — isto é, tomando-se em consideração ambos, programas regionais explícitos e o impacto dos programas setoriais — foi, no melhor, neutro em certos momentos, tendo favorecido provalmente às regiões mais desenvolvidas na maior parte do tempo.

A forma pela qual se desenvolveu a industrialização do País conduziu a uma persistência das desigualdades regionais. Tanto que o Plano SALTE, que mais que outros Planos enfatizou o setor agrícola, contribuiu proporcionalmente mais para a expansão de áreas periféricas, a expansão agrícola no Sul do Brasil e no Centro-Oeste. Podemos talvez afirmar, à luz de dados, que planejamento que valoriza setor agrário contribui para a desconcentração regional na medida em que, neste setor, o Sudeste perde participação em favor de nova estruturação regional. Deve-se acrescentar que as formas da repercussão da valorização do setor agrário se compatibilizam, em regra geral, com a escala das macrorregiões.

Por outro lado, sabemos que a expansão agrícola no Sul e mesmo no Centro-Oeste foi a base para seu desenvolvimento urbano regional, assim como para a implantação de diversos setores industriais. O crescimento no Sul conduziu à sua maior integração com o Sudeste e à estruturação do centro-sul. Portanto, cria-se a seguinte pergunta: será que a falha cometida em relação ao Nordeste foi a de não se ter renovado em primeiro lugar as suas bases agrícolas, sobre as quais se apoiaria uma industrialização?

O Plano de Metas não faz referência ao desenvolvimento regional, ausência que não significa propriamente neutralidade, pois que implica num aumento progressivo do hiato entre a Região dinâmica onde ocorre a industrialização, intencional ou não, e as demais Regiões.

No abortivo Plano Trienal começa uma preocupação com os desequilíbrios regionais, já que existe uma percepção real do caráter não difusor dos investimentos que haviam se concentrado no centro-sul. O binômio eficiência-desigualdade se reflete nas soluções diretrizes

propostas neste Plano: "A política de desenvolvimento regional não deve servir a uma localização das atividades econômicas que acarrete aumento do custo social de desenvolvimento nacional. Deve, sim, evitar que a concentração de investimentos em certas áreas acarrete a concentração dos dispêndios (...). Cabe à política de desenvolvimento, principalmente através de medidas fiscais, evitar os efeitos sociais negativos de concentração dos investimentos"³⁴.

O PAEG e notadamente o PED se ajustam a modificações na administração regional, o que reflete inegável tendência de centralização na área da administração e finanças públicas. Pela Constituição de 1967 somente à União é facultada a instituição de impostos além dos previstos, sem qualquer obrigatoriedade de partilha com os Estados e Municípios³⁵. Estes vêm gradativamente perdendo sua capacidade de gestão efetiva em face da crescente e progressiva centralização de decisão da política econômico-financeira no Governo da União. O Governo Federal determina não somente o elenco de tributos que cabe aos Estados e Municípios mas também, e principalmente, em que setores e em que volume os recursos decorrentes das cotas de retorno devem ser aplicados. Estes Fundos vinculados, cuja redistribuição é feita de forma indistinta para todo o País, têm sido alvo, recentemente, de estudos críticos por parte de técnicos da área do planejamento, na medida em que esta vinculação muitas vezes não corresponde às necessidades de ações prioritárias decorrentes de Planos de origem estadual, microrregional ou municipal.

A criação do Ministério do Interior, que passou a coordenar as Superintendências de Planejamento não chegou a alterar a atuação das mesmas, como órgãos de execução de programas setoriais, bem como a explicitação do desenvolvimento regional por via da política setorial.

O documento Metas e Bases para a Ação do Governo, que antecede e vem ser completado pelo I Plano de Desenvolvimento Econômico, estabelece explicitamente uma política nacional de desenvolvimento regional que reflete o acumular de vários fatores e situações a saber:

Em primeiro lugar, corresponde a um crescente grau de amadurecimento alcançado pela economia brasileira — é na fase de plena industrialização de um País que se desenvolve, de forma nacional, uma política de desenvolvimento regional. Antes da etapa da industrialização, os problemas territoriais aparecem de reduzida importância, face ao problema básico de crescimento global. Por outro lado, nas sociedades pós-industrializadas, os problemas territoriais desaparecem para dar lugar a problemas locais vinculados à poluição, contaminação e conservação da paisagem³⁶.

Em segundo lugar, significa que, considerando o tamanho geográfico e demográfico do País, aliados à complexidade econômica atingida, uma política nacional de desenvolvimento regional pode compreender um melhoramento substantivo da eficiência administrativa, estabelecendo um conjunto de mecanismos de coordenação entre Regiões, Estados e Governo Federal. E também entre Municípios, uma conclusão que também pode ser tirada é a de que, de modo geral, pode-se afirmar que do Plano SALTE ao II PND houve um aumento da escala geográfica nas definições territoriais, passando-se a citar inclusive cidades como pontos de referência no planejamento.

34 Plano Trienal pp. 85-86.

35 Alvisco Barbosa de Araújo e outros *Transferências de Impostos aos Estados e Municípios*, IPEA, coleção relatórios de pesquisa.

36 Friedman, J. *Regional Development Policy*.

Em terceiro lugar, reflete a conscientização de que o padrão de crescimento espacial no Brasil pode ameaçar os esforços de crescimento auto-sustentado, significando que a concentração espacial, ainda que importante para garantir altas taxas de investimento no curto prazo, pode gerar num médio tempo uma incapacidade de expansão do mercado interno e, portanto, uma incapacidade do sistema crescer via demanda interna.

Em quarto lugar, reflete o acúmulo de experiências isoladas de planejamento regional do passado, a partir da remota criação da SUDENE em 1958, com a implantação da SUDAM, SUDESUL e SUDECO, entidades estas que exercem influência sobre grande parte da população nacional e do Território Brasileiro. Coordenar as tarefas destas Superintendências se tornou extremamente complexo para o Ministério do Interior e faz ressentir a necessidade de uma política nacional de desenvolvimento regional.

Apesar da explicitação do problema regional no I PND, as estratégias propostas por ele representam ainda uma simples transposição das técnicas, mecanismos e processos do planejamento global para o planejamento regional. Em consequência, os Planos regionais são mais globais e setoriais do que regionais ou espaciais. Torna-se necessário não cair na falácia de composição, *o que vale para a parte vale para o todo*. Passar da dimensão de um grande espaço territorial para uma região menor sem se levantar o problema de alometria significa não reconhecer as diferenças funcionais e estruturais entre o espaço nacional e as diferentes regiões.

No que diz respeito à ênfase crescente que ganham os problemas metropolitanos, aparentemente significa a procura de soluções para um aspecto do descompasso do binômio eficiência e desigualdade. A preocupação com a distribuição espacial dos fatores nestas áreas — que são onde a industrialização geralmente ocorre — compreende, no entanto, também objetivos de aumento de eficiência. É preciso não esquecer que, nestas áreas, este tipo de abordagem tem conteúdo microrregional e não macrorregional, e, neste sentido, a redistribuição de fatores pode atender não propriamente à equidade mas à eficiência, definida a partir do conceito de crescimento econômico.

Se nos próximos anos a solução de problemas globais nacionais tiver precedência sobre os problemas de equidade regional, qual será a implicação para as tendências futuras da distribuição regional da renda? As políticas objetivando resolver a crise da balança de pagamentos do País favorecerão as áreas mais desenvolvidas ou as áreas menos desenvolvidas? Os recursos crescentes aplicados a resolver problemas urbanos favorecerão as regiões mais desenvolvidas?

De um lado, poder-se-ia argumentar que substituição de importações, rápida, em bens de capital, irá favorecer as áreas mais desenvolvidas. Por outro lado, maior ênfase em exportação de alimentos e minerais pode se refletir favoravelmente em regiões agrícolas novas e mesmo em regiões mais atrasadas e tradicionais como o Nordeste. As respostas a estas questões podem ser obtidas somente através de pesquisas mais elaboradas sobre o conteúdo regional dos vários tipos de programas setoriais. Mas a grande pergunta a ser pesquisada é *qual o verdadeiro relacionamento entre a eficiência e a equidade?*

TABELA 1

Programa Estratégico de Desenvolvimento
Investimentos nas Áreas Estratégicas — 1968-70

ÁREAS ESTRATÉGICAS E PROGRAMAS	VALOR NO TRIÊNIO (Cr\$ 1 000 000 DE 1968)	PARTICIPAÇÃO SOBRE O TOTAL (%)
I e II — Agricultura e Abastecimento	1 198,6	4,3
III — Infra-Estrutura Econômica	13 454,7	48,3
Energia Elétrica	5 094,2	18,3
Petróleo	2 251,0	8,1
Transportes	5 109,4	18,3
Comunicações	1 000,1	3,6
IV — Insumos Básicos — Carvão	21,0	0,1
V — Indústrias Básicas	2 846,9	10,2
Siderurgia	526,0	1,9
Não-Ferrosos	332,9	1,2
Química	748,7	2,7
Mecânica	907,6	3,2
Mineração	331,7	1,2
VIII — Desenvolvimento Científico e Tecnológico	661,6	2,3
IX — Infra-Estrutura Social	9 697,7	34,8
Educação	1 311,6	4,7
Habitação	7 420,5	26,6
Saúde	466,5	1,7
Saneamento	499,1	1,8
TOTAL	27 880,5	100,0

FONTE: Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, *O Desafio Brasileiro e o Programa Estratégico de Desenvolvimento*.

TABELA 2

Plano de Metas e Bases — 1970-72

Programa de Investimento

SETORES	VALOR DO INVESTIMENTO (Cr\$ 1 000 000 de 1970)	(%) SOBRE O TOTAL
Educação	26 000	16,4
Ciência e Tecnologia	1 470	0,9
Saúde e Saneamento	11 300	7,1
Agricultura e Abastecimento	12 000	7,6
Indústria Total	18 500	11,7
Siderurgia	4 600	2,9
Indústria Química	4 000	2,5
Mecânica, Elétrica e Eletrônica	3 600	2,3
Outras	6 300	4,0
Mineração	4 400	2,8
Pesquisas de Recursos Minerais	750	0,5
Energia Elétrica	11 700	7,4
Petróleo (investimentos)	6 830	4,3
Transportes (federal)	10 870	6,9
Comunicação	3 500	2,2
Habitação	13 500	8,5
Previdência Social	26 800	16,9
Desenvolvimento Regional	10 800	6,8
Investimento		
Nordeste	4 600	2,9
Amazônia	940	0,6
Incentivos Fiscais		
Nordeste	3 760	2,4
Amazônia	1 500	0,9
TOTAL	158 420	100,0

FONTE: Presidência da República; *Metas e Bases para a Ação do Governo*.

TABELA 3

I Plano Nacional de Desenvolvimento — 1972-74

Programa de Investimentos

SETORES	VALOR DO INVESTIMENTO (Cr\$ 1 000 000 de 1972)	(%) SOBRE O TOTAL
Educação	31 200	17,4
Saúde-Saneamento	15 200	8,4
Desenvolvimento Científico	1 750	1,0
Agricultura-Abastecimento	15 600	8,7
Energia	24 400	13,6
Energia Elétrica	17 300	9,6
Petróleo e Xisto	7 100	4,0
Transportes	20 100	11,3
Sistema Rodoviário	10 600	5,9
Sistema Ferroviário	4 570	2,6
Navegação Marítima e Fluvial	3 670	2,1
Transportes Aéreos	1 260	0,7
Comunicações	3 120	1,7
Desenvolvimento Industrial	30 400	17,0
Siderurgia	7 700	4,3
Química	5 500	3,0
Mecânica e Elétrica	8 000	4,5
Forjados de Aço	170	0,1
Fundidos de Ferro e Aço	450	0,3
Metais não Ferrosos	650	0,4
Ferroligas	130	0,1
Cimento	1 000	0,6
Celulose e Papel	2 800	1,5
Bens de Consumo não Duráveis	4 000	2,2
Mineração	3 690	2,0
Investimentos dos Setores Público e Privado	3 260	1,8
Aplicações Federais p/Pesquisa de Recursos Minerais	430	0,2
Habitação	17 500	9,8
Integração Nacional	10 550	5,9
Dispêndios Globais através do PIN	3 090	1,7
PROTERRA	3 000	1,7
Incentivos Fiscais ao Norte e ao Nordeste	4 460	2,5
Integração Social	5 730	3,2
PIS	4 790	2,7
PASEP	940	0,5
TOTAL	179 240	100,0

FONTE: Presidência da República H, *I Plano Nacional de Desenvolvimento*.

TABELA 4

II Plano Nacional de Desenvolvimento — 1975-79

Programas de Investimentos

SETORES	VALOR DO INVESTIMENTO (Cr\$ bilhões de 1975)	(%) SOBRE O TOTAL
Valorização dos Recursos Humanos	267	14,38
Educação	135	7,26
Saúde e Saneamento, Nutrição	110	5,94
Trabalho e Treinamento Profissional	22	1,18
Integração Social	384	20,65
PIS, PASEP	58	3,14
Habitação (BNH, inclusive Recursos dos Mutuários)	83	4,46
Previdência Social (excl. Ass. Médica INPS)	243	13,07
Desenvolvimento Social Urbano	110	5,93
Energia	255	13,71
Energia Elétrica	198	10,65
Petróleo, Carvão e Gás (excl. Petroq.)	57	3,06
Transportes	134	7,20
Programa Ferroviário	28	1,51
Programa de Construção Naval	23	1,23
Programa Rodoviário	33	1,78
Portos	9	0,48
Transporte Aéreo	7	0,37
Outros (inclusive Transporte Intra-urbano)	34	1,83
Comunicações	50	2,68
Telefonia Urbana e Internacional, Correios e Telégrafos e outros	50	2,68
Indústria (Investimento total)	362	19,49
Indústrias Básicas	254	13,67
Siderurgia e Metalurgia	90	4,85
Material de Transporte	43	2,32
Mecânica Material Elétrico e Comunicações	36	1,94
Química	59	3,17
Minerais não Metálicos Celulose e Papel	26	1,39
Indústrias Básicas (Invest. Coordenados p/Governo)	108	5,82
Agropecuária	147	7,90
Gastos do Setor Público	56	3,01
Gastos do Governo Federal	42	2,26
Apoio Financeiro Oficial	49	2,63
Incentivos Fiscais	150	8,06
PIN e PROTERRA	19	1,03
Programas Regionais Prioritários	39	2,09
Transferências da União aos Estados e Municípios	38	2,04
Apoio Financeiro Oficial	54	2,90
TOTAL	1 859	100,00

FONTE: Presidência da República, *II Plano Nacional de Desenvolvimento. 1975-79*

TABELA 5

*Capital e percentual em relação ao total no Brasil das siderurgias
por macrorregiões — 1968-72*

(continua)

ESPECIFICAÇÃO	ANO DE FUN- DA- ÇÃO	CAPITAL DAS EMPRESAS SIDERÚRGICAS NO BRASIL									
		1968		1969		1970		1971		1972	
		Valor (Cr\$ 1.000)	% sobre o total	Valor (Cr\$ 1.000)	% sobre o total	Valor (Cr\$ 1.000)	% sobre o total	Valor (Cr\$ 1.000)	% sobre o total	Valor (Cr\$ 1.000)	% sobre o total
NORTE						15 000	0,48	15 000	0,30		
Cia. Siderúrgica da Amazônia — SIDERAMA	1961					15 000	0,48	15 000	0,30		
COPALA — Indústrias Reunidas S.A.	1951										
NORDESTE		22 583	1,11	26 489	1,06	70 700	2,25	83 175	1,66	260 419	4,19
Cia. Siderúrgica do Nordeste — COSINOR	1959	8 288	0,41	12 075	0,48	13 675	0,43	13 675	0,27		
Usina Siderúrgica da Bahia S.A. — USIBA	1963									188 289	3,03
COSIBA	1955										
Siderúrgica Açonorte S.A.	1958	11 814	0,58	14 414	0,58	51 000	1,62	64 700	1,29	72 130	1,16
Cia. Siderúrgica de Pernambuco — COSIPER		2 481	0,12								
Cia. Metalúrgica de Alagoas — COMESA	1966					4 800	0,15	4 800	0,10		
Siderúrgica Santo Amaro	1961					1 225	0,04				
SUDESTE		1 986 741	97,91	2 453 827	97,91	3 010 290	95,65	4 808 849	96,18	5 646 847	90,81
Aços Krön S.A.	1943							28 253	0,57		
Cia. Siderúrgica Hime (a Cia. Brasileira de Usinas Metálicas foi incorporada à Cia. Siderúrgica Hime em 1972)	1925									35 100	0,56
Cia. Ferro e Aço de Vitória — COFAVI	1942	46 337	2,28	55 025	2,20	120 583	3,83	126 732	2,53	132 050	2,12
Laminação de Ferro S.A. — LAFERSA	1942	3 100	0,15	3 100	0,12	5 893	0,19	14 674	0,29		
Cia. Aços Especiais Itabira — ACESITA	1944	97 500	4,81	224 000	8,94	224 000	7,12	336 000	6,72	336 000	5,40
Siderúrgica J. L. Aliperti S.A.	1924	12 000	0,59	36 750	1,47	48 000	1,53	52 000	1,04	52 000	0,84
Siderúrgica Barra Mansa S.A.	1936	21 000	1,03	57 765	2,30	72 000	2,29	98 800	1,98	135 000	2,17

TABELA 5

*Capital e percentual em relação ao total no Brasil das siderurgias
por macrorregiões — 1968-72*

(continua)

ESPECIFICAÇÃO	ANO DE FUN- DA- ÇÃO	CAPITAL DAS EMPRESAS SIDERÚRGICAS NO BRASIL									
		1968		1969		1970		1971		1972	
		Valor (Cr\$ 1.000)	% sobre o total	Valor (Cr\$ 1.000)	% sobre o total	Valor (Cr\$ 1.000)	% sobre o total	Valor (Cr\$ 1.000)	% sobre o total	Valor (Cr\$ 1.000)	% sobre o total
Cia. Siderúrgica Belgo Mineira	1921	147 000	7,24	147 000	5,87	229 688	7,30	392 000	7,85	392 000	6,30
Cia. Siderúrgica de Moji das Cruzes — COSIM	1968	25 157	1,24	25 157	1,00	28 825	0,92	28 825	0,58	30 300	0,49
Cia. Siderúrgica Paulista — COSIPA	1953	312 000	15,38	514 800	20,54	750 750	23,86	750 750	15,01	1 343 014	21,60
Cia. Siderúrgica Nacional — CSN	1941	639 420	31,51	598 705	23,89	598 705	19,02	838 187	16,77	838 187	13,48
Cia. Siderúrgica Mannesmann	1952	69 552	3,43	78 246	3,12	91 287	2,90	136 931	2,74	164 317	2,64
Usina Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. — USIMINAS	1956	365 000	17,99	365 000	14,56	365 000	11,60	1 208 880	24,18	1 208 880	19,44
Aços Anhanguera S.A.	1962	56 955	2,81	60 000	2,39	60 000	1,91	100 000	2,00	125 000	2,01
Ind. Metalúrgica N. S. da Aparecida S.A.	1917	12 500	0,62	17 500	0,70	23 750	0,75	31 250	0,63	46 875	0,75
Cobrasma S.A. Ind. e Comércio	1944	44 138	2,18	64 339	2,57	96 509	3,07	96 509	1,93	128 678	2,07
Cia. Brasileira de Usinas Metalúrgicas	1925	7 800	0,38	9 750	0,39						
Siderúrgica Montana S.A.	1968							4 200	0,08		
Siderúrgica COFERRAZ S.A.	1966	5 350	0,26	10 500	0,42	12 250	0,39	20 350	0,41	33 253	0,53
Siderúrgica Dedini S.A.	1965	10 033	0,49	10 033	0,40	26 990	0,86	52 000	1,04	80 000	1,29
Eletrometal — Aços Finos S.A.	1961					2 700	0,09	6 400	0,13	10 321	0,17
Fi-El S.A. — Aços e Metais	1933	5 050	0,25	5 050	0,20	5 050	0,16	5 500	0,11	10 000	0,17
Cia. Siderúrgica da Guanabara	1961							30 000	0,60	65 593	1,05
Cia. Saad do Brasil	1948	—		—		21 925	0,70	21 925	0,44	37 796	0,61
MONTEPINO S.A. — Laminação de Ferro e Aço	1954	420	0,02	7 788	0,31	5 991	0,19	5 991	0,12	18 976	0,31
Cia. de Ferro Brasileiro	1931	23 100	1,14	38 500	1,54					72 765	1,17
Aços Villares S.A.	1944	34 440	1,70	54 180	2,16	54 180	1,72	100 719	2,02	168 304	2,71
Villares — Indústrias Villares S.A.	1918							94 232	1,88	158 660	2,55
Villares — Ferro Peças Villares S.A.	1951									23 778	0,38
Cia. Siderúrgica Pains	1945	2 620	0,13	2 620	0,10	7 074	0,22	25 400	0,51		
Cia. Ind. de Ferro e Aço — CIFA	1947	2 000	0,10	2 000	0,08	3 600	0,11				

TABELA 5

*Capital e percentual em relação ao total no Brasil das siderurgias
por macrorregiões — 1968-72*

(conclusão)

ESPECIFICAÇÃO	ANO DE FUN- DA- ÇÃO	CAPITAL DAS EMPRESAS SIDERÚRGICAS NO BRASIL									
		1968		1969		1970		1971		1972	
		Valor (Cr\$ 1.000)	% sobre o total	Valor (Cr\$ 1.000)	% sobre o total	Valor (Cr\$ 1.000)	% sobre o total	Valor (Cr\$ 1.000)	% sobre o total	Valor (Cr\$ 1.000)	% sobre o total
Cia. Metropolitana de Aços	1958	1 700	0,08	4 040	0,16	50 000	1,59	50 000	1,00		
Cia. Paulista de Laminação — COPALAM	1950	1 421	0,07	2 389	0,10	2 460	0,08	5 198	0,10		
Cia. Siderúrgica Lanari S.A. — Ind. e Comércio	1945	5 000	0,25	5 032	0,20	6 087	0,19	29 402	0,59		
Minas FER S.A.	1959	340	0,02	340	0,01	2 543	0,08				
Ind. Ferro e Aço S.A. (Usina Sta. Olímpia)	1936	5 012	0,25	7 518	0,30	9 021	0,29	10 826	0,22		
Usina Siderúrgica São José	1943	5 400	0,27	5 400	0,22	13 180	0,42				
Cia. Metalúrgica Barbará	1937	14 000	0,69	30 800	1,23	38 500	1,22	56 000	1,12		
Usina Aqueiroz Jr. S.A.	1902	10 500	0,52	10 500	0,42	116 000	0,51	18 900	0,38		
Cia. Brasileira de Aço	1943					2 880	0,09	2 880	0,06		
Cia. Ind. Itaunense	1911					7 500	0,24	18 000	0,36		
Laminação de Ferro Santo Stéfano Ltda.	1956					1 127	0,04	1 600	0,03		
Cia. Siderúrgica São Caetano	1945	896	0,04			5 162	0,16	6 195	0,12		
Laminação Santa Tereza S.A.	1946					1 080	0,03	3 340	0,07		
SUL		19 778	0,97	25 778	1,03	50 976	1,62	93 107	1,86	310 400	5,00
Metalúrgica Gerdau	1901							30 000	0,60		
Aços Finos Piratini S.A.	1961									225 000	3,62
Siderúrgica Rio-grandense S.A.	1938	15 000	0,74	21 000	0,84	30 000	0,95	50 000	1,00	75 400	1,21
Siderúrgica Guaíra S.A.	1958					17 870	0,57	10 000	0,20	10 000	0,17
Eletro-Aço Altona S.A.	1936	3 116	0,15	3 116	0,12						
Ind. de Electro-Aço Plangg S.A.	1940	1 662	0,08	1 662	0,07	3 106	0,10	3 107	0,06		
BRASIL		2 029 102	100,00	2 506 094	100,00	3 146 966	100,00	5 000 131	100,00	6 217 666	100,00

FONTE: Anuário do Instituto Brasileiro de Siderurgia 1969, 1970, 1971, 1972 e 1973.

Tabela 6

*Capital social das subsidiárias da Eletrobrás, percentual/capital total
e a participação acionária — 1967-74*

(continua)

REGIÕES	1967			1968			1969			1970		
	Capital social Cr\$ 1.000)	Percentagem sobre o total do Brasil (%)	Participação da Eletrobrás (%)	Capital social Cr\$ 1.000)	Percentagem sobre o total do Brasil (%)	Participação da Eletrobrás (%)	Capital social (Cr\$ 1.000)	Percentagem sobre o total do Brasil (%)	Participação da Eletrobrás (%)	Capital social Cr\$ 1.000)	Percentagem sobre o total do Brasil (%)	Participação da Eletrobrás (%)
NORTE												
CEM	3 400	0,36	89,37	4 590	0,35	89,37	9 498	0,52	69,51	17 550	0,72	48,90
ELETRONORTE	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL	3 400	0,36	89,37	4 590	0,35	89,37	9 498	0,52	69,51	17 550	0,72	48,90

REGIÕES	1971			1972			1973			1974		
	Capital social (Cr\$ 1.000)	Percentagem sobre o total do Brasil (%)	Participação da Eletrobrás (%)	Capital social (Cr\$ 1.000)	Percentagem sobre o total do Brasil (%)	Participação da Eletrobrás (%)	Capital social Cr\$ 1.000)	Percentagem sobre o total do Brasil (%)	Participação da Eletrobrás (%)	Capital social (Cr\$ 1.000)	Percentagem sobre o total do Brasil (%)	Participação da Eletrobrás (%)
NORTE												
CEM	32 318	0,96	38,40	45 000	1,05	32,50	161 563	3,37	76,50	189 937	2,73	71,40
ELETRONORTE	—	—	—	—	—	—	10 000	0,21	100,00	141 425	2,03	100,00
TOTAL	32 318	0,96	38,40	45 000	1,05	32,50	171 563	3,58	77,87	331 362	4,76	83,61

Tabela 6

*Capital social das subsidiárias da Eletrobrás, percentual/capital total
e a participação acionária — 1967-74*

(continua)

REGIÕES	1967			1968			1969			1970		
	Capital social (Cr\$ 1.000)	Percentagem sobre o total do Brasil (%)	Participação da Eletrobrás (%)	Capital social (Cr\$ 1.000)	Percentagem sobre o total do Brasil (%)	Participação da Eletrobrás (%)	Capital social (Cr\$ 1.000)	Percentagem sobre o total do Brasil (%)	Participação da Eletrobrás (%)	Capital social (Cr\$ 1.000)	Percentagem sobre o total do Brasil (%)	Participação da Eletrobrás (%)
NORDESTE												
CHESF	202 362	21,42	99,46	300 000	22,74	99,45	378 650	20,83	99,46	513 000	21,14	99,54
COHEBE	34 317	3,63	55,85	48 317	3,66	68,64	73 455	4,04	56,68	90 462	3,73	53,34
CONEFOR	6 095	0,65	98,32	7 100	0,54	91,10	8 023	0,45	91,10	16 346	0,67	91,27
CFLNB	5 500	0,58	96,00	—	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL	248 274	26,28	93,33	355 417	26,94	95,09	460 128	25,32	93,92	619 808	25,54	92,58

REGIÕES	1971			1972			1973			1974		
	Capital social (Cr\$ 1.000)	Percentagem sobre o total do Brasil (%)	Participação da Eletrobrás (%)	Capital social (Cr\$ 1.000)	Percentagem sobre o total do Brasil (%)	Participação da Eletrobrás (%)	Capital social (Cr\$ 1.000)	Percentagem sobre o total do Brasil (%)	Participação da Eletrobrás (%)	Capital social (Cr\$ 1.000)	Percentagem sobre o total do Brasil (%)	Participação da Eletrobrás (%)
NORDESTE												
CHESF	700 000	20,87	97,50	1 000 000	23,36	96,50	1 300 000	27,08	96,50	1 750 000	25,12	93,60
COHEBE	253 295	7,55	54,30	253 295	5,92	54,20	—	—	—	—	—	—
CONEFOR	27 845	0,83	92,80	34 500	0,81	92,00	—	—	—	—	—	—
CFLNB	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL	981 140	29,25	86,21	1 287 795	30,09	88,06	1 300 000	27,08	96,50	1 750 000	25,12	93,60

Tabela 6

*Capital social das subsidiárias da Eletrobrás, percentual/capital total
e a participação acionária — 1967-74*

(continua)

34

REGIÕES	1967			1968			1969			1970		
	Capital social (Cr\$ 1.000)	Percentagem sobre o total do Brasil (%)	Participação da Eletrobrás (%)	Capital social (Cr\$ 1.000)	Percentagem sobre o total do Brasil (%)	Participação da Eletrobrás (%)	Capital social (Cr\$ 1.000)	Percentagem sobre o total do Brasil (%)	Participação da Eletrobrás (%)	Capital social (Cr\$ 1.000)	Percentagem sobre o total do Brasil (%)	Participação da Eletrobrás (%)
SUDESTE												
FURNAS	300 000	31,86	94,49	456 000	34,56	94,72	600 000	33,00	94,72	740 000	30,50	95 95
CPFL	224 000	23,78	80,52	268 800	20,37	80,52	357 120	19,64	80,52	418 251	17,24	80,45
CBEE	36 000	3,81	77,52	70 000	5,31	77,53	91 000	5,01	77,52	113 750	4,69	77,52
CFLMG	38 000	4,02	71,89	46 600	3,53	72,49	60 580	3,33	72,49	84 518	3,48	73,85
CEEB	11 000	1,16	99,99	13 600	1,03	98,16	18 780	1,03	94,00	29 000	1,20	95,34
CCBFE	9 600	1,02	99,99	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SOTELCA	—	—	—	16 544	1,25	84,51	28 059	1,54	81,01	28 058	1,16	81,01
ESCELSA	—	—	—	—	—	—	41 500	2,28	94,40	54 017	2,23	92,62
TOTAL	618 600	65,65	87,24	871 544	66,05	87,63	1 197 039	65,83	87,71	1 467 594	60,50	88,41

REGIÕES	1971			1972			1973			1974		
	Capital social (Cr\$ 1.000)	Percentagem sobre o total do Brasil (%)	Participação da Eletrobrás (%)	Capital social (Cr\$ 1.000)	Percentagem sobre o total do Brasil (%)	Participação da Eletrobrás (%)	Capital social (Cr\$ 1.000)	Percentagem sobre o total do Brasil (%)	Participação da Eletrobrás (%)	Capital social (Cr\$ 1.000)	Percentagem sobre o total do Brasil (%)	Participação da Eletrobrás (%)
SUDESTE												
FURNAS	905 000	26,98	95,90	1 300 000	30,37	96,70	1 700 000	35,42	97,20	2 516 000	36,12	97,60
CPFL	493 537	14,71	80,40	571 258	13,35	79,90	574 512	11,97	82,70	724 420	10,40	83,20
CBEE	142 187	4,24	77,50	159 961	3,74	77,50	176 550	3,67	77,30	205 125	2,94	77,80
CFLMG	100 000	2,98	74,10	114 500	2,67	74,90	—	—	—	—	—	—
CEEB	38 282	1,14	92,40	45 938	1,07	92,40	—	—	—	—	—	—
CCBFE	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SOTELCA	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
ESCELSA	64 000	1,91	93,40	70 000	1,64	92,90	109 548	2,28	89,50	177 000	2,54	90,40
TOTAL	1 743 006	51,96	88,59	2 261 657	52,84	91,08	2 560 610	53,34	92,25	3 622 545	52,00	93,25

Tabela 6

*Capital social das subsidiárias da Eletrobrás, percentual/capital total
e a participação acionária — 1967-74*

(conclusão)

REGIÕES	1967			1968			1969			1970		
	Capital social (Cr\$ 1.000)	Porcentagem sobre o total do Brasil (%)	Participação da Eletrobrás (%)	Capital social (Cr\$ 1.000)	Porcentagem sobre o total do Brasil (%)	Participação da Eletrobrás (%)	Capital social (Cr\$ 1.000)	Porcentagem sobre o total do Brasil (%)	Participação da Eletrobrás (%)	Capital social (Cr\$ 1.000)	Porcentagem sobre o total do Brasil (%)	Participação da Eletrobrás (%)
SUL												
CFLP	39 000	4,04	92,07	48 360	3,67	92,32	62 868	3,66	92,23	78 585	3,24	92,23
ALEGRETE	15 050	1,56	84,71	15 050	1,14	88,70	15 050	0,53	88,70	83 200	3,43	97,93
CHARQUEADAS	15 000	1,55	74,23	18 000	1,36	74,22	18 000	0,99	100,00	—	—	—
CPE	5 400	0,56	99,99	5 400	0,41	99,99	5 400	0,30	99,99	18 880	0,77	99,99
ELETROSUL	—	—	—	1 000	0,08	89,90	50 000	2,85	78,07	140 712	5,80	92,20
TOTAL	74 450	7,71	87,56	87 810	6,66	88,38	151 318	8,33	88,40	321 297	13,24	94,15
TOTAL DO BRASIL	944 724	100,00	89,38	1 319 361	100,00	90,12	1 817 983	100,00	84,88	2 426 249	100,00	81,01

REGIÕES	1971			1972			1973			1974		
	Capital social (Cr\$ 1.000)	Porcentagem sobre o total do Brasil (%)	Participação da Eletrobrás (%)	Capital social (Cr\$ 1.000)	Porcentagem sobre o total do Brasil (%)	Participação da Eletrobrás (%)	Capital social (Cr\$ 1.000)	Porcentagem sobre o total do Brasil (%)	Participação da Eletrobrás (%)	Capital social (Cr\$ 1.000)	Porcentagem sobre o total do Brasil (%)	Participação da Eletrobrás (%)
SUL												
CFLP	91 500	2,73	91,90	100 650	2,35	91,90	—	—	—	—	—	—
ALEGRETE	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
CHARQUEADAS	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
CPE	18 920	0,56	99,90	19 008	0,44	98,90	19 008	0,40	98,90	19 008	0,27	98,90
ELETROSUL	487 790	14,54	95,90	566 502	13,23	94,00	748 638	15,60	95,20	1 243 071	17,85	98,40
TOTAL	598 210	17,83	94,41	686 160	16,02	93,83	767 646	16,00	95,29	1 262 079	18,12	98,41
TOTAL DO BRASIL	3 354 674	100,00	77,15	4 280 612	100,00	76,37	4 799 819	100,00	90,48	6 965 986	100,00	92,20

FONTE: Relatórios da Eletrobrás — 1967-74.

TABELA 7a

Acréscimo da Capacidade Geradora Instalada em MW, e o Percentual deste Acréscimo nas Macrorregiões nos Anos de 1962 a 1973

ANOS	NORTE		NORDESTE		SUDESTE		SUL		CENTRO-OESTE	
	Δ	%	Δ	%	Δ	%	Δ	%	Δ	%
1962	24	4,1	28	4,8	358	61,3	155	26,5	19	3,3
1963	0	0,0	12	1,9	537	83,4	83	12,9	12	1,9
1964	0	0,0	99	19,8	379	75,8	24	4,8	2	0,4
1965	0	0,0	0	0,0	506	92,2	43	7,8	0	0,0
1966	56	22,0	0	0,0	164	64,3	18	7,1	17	6,7
1967	3	0,6	250	48,2	232	44,7	34	6,6	0	0,0
1968	8	1,4	0	0,0	197	34,9	223	39,5	135	23,9
1969	13	0,7	28	1,5	1 119	60,7	57	3,1	635	34,3
1970	9	0,9	121	12,2	370	37,2	184	18,5	310	31,2
1971	53	3,6	391	26,7	680	46,5	115	7,9	223	15,3
1972	17	1,5	159	14,5	703	64,0	89	8,1	131	11,9
1973	43	2,6	271	16,4	1 110	67,3	226	13,7	0	0,0

FONTES: DNAEE — Boletim Estatístico n.º 23/24. Ano VI, 1973, julho/dezembro
IBGE — Anuário Estatístico do Brasil, 1974

TABELA 7b

REGIÕES	1960			1970			MÉDIA DOS ACRÉSCIMOS NA CAPACIDADE GERADORA 1962/73
	Acréscimo de Capacidade Geradora Instalada	Valor da Transformação Industrial	População Urbana	Acréscimo de Capacidade Geradora Instalada	Valor da Transformação Industrial	População Urbana	
Norte	4,1	1,10	3,07	3,6	1,00	3,12	3,1
Nordeste	4,8	7,74	23,99	26,7	5,83	22,56	12,1
Sudeste	61,3	77,95	55,69	46,5	80,32	55,62	61,1
Sul	26,5	12,52	13,96	7,9	12,03	14,02	13,0
Centro-Oeste	3,3	0,69	3,29	15,3	0,82	4,68	10,7
BRASIL	100,0	100,00	100,00	100,0	100,00	100,00	100,0

FONTE: IBGE, Censo Demográfico e Industrial -- 1960 e 1970.

TABELA 8

*Participação da Petroquisa ou de suas Subsidiárias
em Pólo Petroquímico — 1967-1974*

REGIÕES	EMPRESAS	% PAR- TICI- PAÇÃO	VALOR DO IN- VESTI- MENTO (US\$ MI- LHÕES)	AMPLI- AÇÃO
Nordeste	Copene S.A.	50,0	80,0	—
	Ciquine Química	—	4,8	13,8
	Petrofértil	100,0	24,2	112,8
	Cequine Petroquímica	33,3	31,0	23,0
	Melamina-Ultra S.A.	—	13,0	—
	Pronor S.A.	33,3	59,0	—
	Metanor S.A.	33,1	37,4	—
	Isocianatos do Brasil S.A.	40,0	60,0	—
	Nitrocarbono S.A.	26,5	80,0	—
	Cia. Petroquímica de Camaçari Ltda.	33,3	85,0	—
	Fisiba Petroquímica Ltda.	40,0	50,0	—
	Politeno S.A.	30,0	71,4	—
	Polialden S.A.	33,3	35,0	—
	Oxiten S.A.	20,9	60,0	—
	Polipropileno S.A.	30,0	50,0	—
	Estireno do Nordeste S.A.	33,3	64,0	—
	Isopreno do Nordeste Ltda.	20,0	63,3	—
São Paulo	Ultrafértil	75,0	—	—
	Petroquímica União	75,0	—	—
	Poliolefinas	33,0	—	—
	Eletroteno	100,0	—	—
	Copan	60,0	—	—
	Cia. Bras. Estileno	25,0	—	—
	Poli-Brasil	40,0	—	—
	Union Carbide	—	—	—
	Dow	—	—	—
	Rhodia	—	—	—
	Empresa Brasileira Tetrânio	—	—	—
	Eletrocloro	—	—	—
Sudeste	Huls	—	—	—
	Matarazzo	—	—	—
	Coppers	—	—	—
	Basf	—	—	—
	Propenasa	—	—	—
	Emca	—	—	—
	Ucibel	—	—	—
	Líquidi-Carbônico	—	—	—
	Alba	—	—	—
	Oxiten	33,0	—	—
	C.B.S.	—	—	—
	Sudantex	—	—	—
	Vulcan	—	—	—
	Trolan	—	—	—
	Celamise	—	—	—
Rio de Janeiro	Participação das Empresas	100,0	—	—
Sul		—	—	—
Centro-Oeste		—	—	—

FONTE: *A Indústria Petroquímica no Brasil e a Petroquisa*

NOTA: Pólo Petroquímico da Bahia-1974; Pólo Petroquímico do Nordeste — emitido em 1974 com atualização em 1975.

TABELA 9

Extensão Ferroviária

(Quilômetro por Região) — 1969-73

ANOS	NOR- TE	%	NOR- DESTE	%	SU- DESTE	%	SUL	%	CEN- TRO OESTE	%	BRASIL	%
1969	312	0,98	7 307	23,00	14 726	46,53	7 133	22,54	2 171	6,86	31 649	100,0
1970	312	0,98	7 307	23,02	14 831	46,74	7 125	22,45	2 161	6,81	31 736	100,0
1971	311	1,00	7 288	23,50	14 337	46,23	6 916	22,30	2 161	6,97	31 013	100,0
1972	311	1,01	7 204	23,26	14 376	46,42	6 916	22,33	2 162	6,98	30 969	100,0
1973	311	1,02	7 193	23,55	14 087	46,11	6 789	22,23	2 166	7,09	30 546	100,0

FONTE: IBGE, *Anuário Estatístico do Brasil* de 1969—1974.

TABELA 9a

Distribuição Regional do Sistema Rodoviário

(Porcentagem do Total dos Quilômetros) — 1953-1973

ANOS	NORTE	NOR- DESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO- OESTE	BRASIL
1953	1	20	45	24	10	100
1955	1	21	40	29	10	100
1960	1	24	34	28	13	100
1965	1	23	42	26	8	100
1970	2	26	35	27	10	100
1973	2	26	33	27	12	100

FONTES: IBGE, *Anuário Estatístico do Brasil*, 1954—1974, — Ministério dos Transportes. Anuário Estatístico dos Transportes, 1972.

NOTA: Incluídas as rodovias federais, estaduais e municipais.

TABELA 10

Saúde Pública
Despesa Realizada — 1951-70
(Cr\$ 1.000.000)

ANOS	NORTE		NORDESTE		SUDESTE		SUL		CENTRO-OESTE		BRASIL	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
1951	32,3	1,8	229,5	12,6	1 410,6	77,1	143,6	7,9	11,8	0,6	1 827,8	100,0
1952	35,4	1,5	273,5	11,9	1 787,9	77,7	184,6	8,0	20,4	0,9	2 301,8	100,0
1953	44,5	1,5	298,2	10,4	2 290,7	79,6	218,3	7,6	27,0	0,9	2 878,7	100,0
1954	45,6	1,3	340,5	10,0	2 697,8	78,8	309,8	9,1	27,9	0,8	3 421,6	100,0
1955	62,0	1,5	395,7	9,7	3 202,5	78,3	398,7	9,7	32,4	0,8	4 091,3	100,0
1956	94,7	2,0	501,2	10,4	3 710,8	76,7	481,3	10,0	41,7	0,9	4 829,7	100,0
1957	114,3	1,9	535,5	8,9	4 524,1	75,5	757,3	12,6	62,3	1,1	5 993,5	100,0
1958	122,3	1,6	641,2	8,4	5 978,3	78,1	829,5	10,8	83,0	1,1	7 654,3	100,0
1959	132,6	1,2	928,2	8,6	8 611,7	79,7	1 008,5	9,3	118,3	1,2	10 799,3	100,0
1960	317,5	2,2	1 582,4	10,7	10 774,8	73,0	1 888,6	12,8	193,3	1,3	14 756,6	100,0
1961	660,6	3,2	2 121,4	10,1	15 468,7	73,9	2 263,7	10,8	423,2	2,0	20 937,6	100,0
1962	1 006,0	2,8	2 948,5	8,2	27 419,5	76,1	3 805,2	10,6	842,5	2,3	36 021,7	100,0
1963	1 470,1	2,3	4 625,9	7,0	51 385,4	77,8	6 856,8	10,4	1 679,0	2,5	66 017,2	100,0
1964	3 128,9	2,7	9 294,9	7,9	88 511,5	75,7	12 664,7	10,8	3 411,7	2,9	117 011,7	100,0
1965	5 594,8	2,7	22 447,0	10,5	155 974,6	73,3	20 465,5	9,6	8 357,2	3,9	212 839,1	100,0
1966	7 156,3	2,2	30 223,2	9,2	245 592,2	75,0	30 641,5	9,4	13 641,9	4,2	327 255,1	100,0
1967	11 534,3	2,5	50 795,4	11,0	335 350,9	72,8	38 201,8	8,3	24 883,8	5,4	460 766,2	100,0
1968	16 332,9	2,4	67 557,9	10,0	464 168,3	68,5	56 210,1	8,3	72 930,1	10,8	677 199,3	100,0
1969	19 028,6	1,9	90 846,8	8,9	737 056,9	72,2	75 205,0	7,4	97 771,5	9,6	1 019 909,0	100,0
1970	30 778,9	3,2	109 217,9	11,2	685 795,4	69,9	85 787,7	8,7	69 032,9	7,0	980 612,7	100,0

FONTE: *Finanças do Brasil* — 1951/1970 — Volume XXI, XXII, Tomo I, MF

TABELA 11
Educação e Cultura
Despesa Realizada — 1951-70
(Cr\$ 1.000.000)

ANOS	NORTE		NORDESTE		SUDESTE		SUL		CENTRO-OESTE		BRASIL	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
1951	41,0	1,3	374,0	12,2	2 163,0	70,3	467,6	15,2	31,0	1,0	3 076,6	100,0
1952	47,5	1,2	425,0	10,7	2 903,8	73,0	554,0	13,9	49,0	1,2	3 979,3	100,0
1953	61,4	1,2	443,6	8,5	3 891,4	74,6	749,0	14,4	69,8	1,3	5 215,2	100,0
1954	65,0	1,1	510,6	8,4	4 384,8	73,2	946,0	15,8	87,0	1,5	5 993,4	100,0
1955	111,4	1,5	592,5	8,2	5 275,0	73,0	1 140,5	15,8	106,5	1,5	7 225,6	100,0
1956	210,5	2,3	888,0	10,0	6 150,0	68,6	1 581,6	17,6	135,0	1,5	8 965,1	100,0
1957	327,4	2,6	919,7	7,2	8 214,0	65,6	2 829,0	22,6	226,8	2,0	12 516,9	100,0
1958	262,4	1,7	1 046,2	6,9	10 098,7	66,8	3 351,7	22,2	359,0	2,4	15 118,0	100,0
1959	274,0	1,4	1 528,0	7,4	14 078,0	67,8	4 450,0	21,4	419,0	2,0	20 749,0	100,0
1960	515,0	1,6	2 699,0	8,4	20 105,0	62,5	8 229,7	25,6	612,7	1,9	32 161,4	100,0
1961	701,0	1,3	3 392,4	6,5	34 013,6	65,2	13 073,0	25,0	1 016,6	2,0	52 196,6	100,0
1962	1 234,8	1,3	4 928,4	5,4	65 902,0	71,7	17 897,0	19,5	2 000,0	2,1	91 962,2	100,0
1963	1 707,5	1,1	9 335,0	5,9	108 545,0	68,2	35 566,0	22,3	4 001,7	2,5	159 155,2	100,0
1964	3 846,0	1,3	22 603,0	7,7	188 198,8	63,8	71 997,5	24,4	8 177,7	2,8	294 823,0	100,0
1965	11 257,6	1,9	47 355,0	8,2	360 785,0	62,5	136 601,0	23,7	21 271,0	3,7	577 269,6	100,0
1966	15 729,6	1,8	58 345,0	6,6	576 495,2	65,6	198 240,0	22,6	29 960,3	3,4	878 770,1	100,0
1967	17 753,5	1,3	98 170,0	7,3	886 805,1	66,3	262 544,3	19,7	72 020,4	5,4	1 337 293,3	100,0
1968	31 482,0	1,7	164 186,2	8,9	1 209 965,0	65,5	357 208,2	19,3	83 420,0	4,5	1 846 261,4	100,0
1969	43 398,9	1,6	248 937,0	9,1	1 840 344,0	67,3	467 329,1	17,1	135 299,0	4,9	2 735 308,0	100,0
1970	60 414,3	1,8	331 026,0	9,7	2 216 041,1	65,0	645 183,0	18,9	157 494,0	4,6	3 410 158,4	100,0

FONTE: *Finanças do Brasil* — 1951/1970 — Volume XXII, Tomo I, MF.

TABELA 12

*População Urbana, Pessoal Ocupado na Indústria e Despesa
Com Educação e Cultura — 1950-1970*

REGIÕES	1950			1960			1970		
	População Urbana	Pessoal Ocupado na Indústria	Despesa com Educação e Cultura	População Urbana	Pessoal Ocupado na Indústria	Despesa com Educação e Cultura	População Urbana	Pessoal Ocupado na Indústria	Despesa com Educação e Cultura
Norte	3,09	1,36	1,3	3,07	1,12	1,6	3,12	1,50	1,8
Nordeste	25,26	16,76	12,3	23,99	12,48	8,4	22,56	9,96	9,7
Sudeste	57,07	66,45	70,3	55,67	70,43	62,5	55,61	70,12	65,0
Sul	12,31	14,92	15,2	13,96	15,14	25,6	14,02	17,02	18,9
Centro-Oeste	2,25	0,51	1,0	3,29	0,82	1,9	4,68	1,39	4,6
BRASIL	100,00	100,00	100,0	100,00	100,00	100,0	100,00	100,00	100,0

FONTES: IBGE, Censo Demográfico 1950, 1960 e Ministério da Fazenda — Orçamento da União, 1950 a 1970.

TABELA 13

Convênios e Contratos do BNH — 1968-1974

DISCRIMINAÇÃO	NORTE		NORDESTE		SUDESTE		SUL		CENTRO-OESTE		A DISCRIMINAR		BRASIL	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
1968 (1 000 UPC)**														
Empréstimos	84 079	2,32	437 436	12,08	2 121 496	58,62	501 751	13,86	412 485	11,40	62 077	1,72	3 619 324	100,00
Mútuos	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Investimentos	160 614	2,20	795 839	10,89	4 548 739	62,22	1 022 254	13,98	654 792	8,96	128 118	1,75	7 310 413	100,90
1969 (1 000 UPC)*														
Empréstimos	108 383	1,84	837 506	14,20	471 844	58,85	731 933	12,41	638 083	10,82	111 697	1,88	5 899 446	100,00
Mútuos	140 508	1,56	1 254 150	13,88	5 602 444	62,02	1 148 533	12,71	770 174	8,63	117 256	1,30	9 033 065	100,00
Investimentos	190 060	1,41	1 636 517	12,10	8 784 836	64,94	1 621 032	11,98	994 448	7,35	300 478	2,22	13 527 398	100,00
1974 (em 1 000 UPC)														
Empréstimos	1 003	2,05	14 890	29,59	22 803	45,32	2 863	5,69	2 803	5,57	5 925	11,78	50 317	100,00
Mútuos	2 104	2,53	21 638	26,00	37 904	45,53	5 437	6,53	3 795	4,56	12 358	14,85	83 236	100,00
Investimentos	3 029	2,44	23 522	18,93	73 175	58,85	6 370	5,13	5 802	4,67	12 358	9,95	124 256	100,00
TOTAL	689 810	1,74	5 021 555	12,67	24 663 268	62,21	5 040 173	12,71	3 482 382	8,78	7 759 267	1,89	39 647 455	100,00

FONTE: Relatório Banco Nacional da Habitação. — 1968, 1969 e 1974.

* UPC = 39,92 (trinta e nove cruzeiro e noventa e dois centavos).

** UPC = 33,88 (Trinta e três cruzeiros e oitenta e oito centavos).

TABELA 14a

Colaboração do BNDE Aprovada — 1958-74
(em Cr\$ 1.000.000, correntes)

ANOS	NORTE		NORDESTE		SUDESTE		SUL		CENTRO-OESTE		INTER-REGIONAL		BRASIL	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
1958	—	—	69,6	0,5	8 689,8	68,2	2 726,1	21,4	860,0	6,7	400,0	3,1	12 745,5	100
1960	0,4	0,6	2,8	4,6	51,8	83,9	5,0	8,1	1,5	2,5	0,2	0,3	61,7	100
1961	0,1	0,6	0,6	2,4	22,7	89,3	1,8	7,2	0,1	0,5	—	—	25,5	100
1962	—	0,1	2,6	9,8	19,1	72,9	1,2	4,6	3,3	12,5	—	—	26,2	100
1963	0,3	0,6	2,2	5,0	37,5	85,7	2,4	5,5	1,3	3,1	—	—	54,7	100
1964	—	—	2,2	2,1	88,7	85,0	0,2	0,1	12,7	12,2	—	—	103,4	100
1965	6,9	1,9	13,9	3,9	313,9	88,2	12,2	3,4	0,6	0,2	—	—	356,0	100
1966	5,6	1,0	45,2	8,5	376,5	70,9	72,6	13,7	30,4	5,7	1,0	0,2	531,2	100
1967	3,1	0,4	49,2	6,5	498,9	66,3	175,6	23,2	25,8	3,4	—	—	752,7	100
1968	7,2	0,7	68,8	6,9	628,9	63,5	230,2	23,2	10,6	1,1	44,7	4,5	990,4	100
1969	34,2	2,5	223,3	16,5	781,2	57,9	154,2	11,4	62,0	4,6	93,9	7,0	1 348,8	100
1970	20,7	1,1	231,7	12,4	1 197,8	64,2	322,0	17,3	26,6	1,4	65,6	3,5	1 864,6	100
1971	24,4	0,8	306,0	9,5	2 103,5	65,4	640,6	19,9	38,7	1,2	104,3	3,2	3 217,6	100
1972	35,9	0,7	622,0	12,8	2 638,9	54,2	995,2	20,4	312,7	6,4	265,3	5,4	4 869,9	100
1973	131,3	1,7	1 473,3	19,6	4 108,9	54,7	1 278,2	17,0	157,7	2,1	358,6	4,8	7,508 1	100
1974	0,2	0,8	2,6	12,9	11,7	57,5	3,3	16,2	0,3	1,7	2,2	10,8	20,3	100
Média aritmética	—	1,0	—	8,4	—	70,5	—	13,3	—	4,1	—	4,3	—	—

FONTE: Relatórios das Atividades do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico.

TABELA 14b

Colaboração Aprovada do BNDE por Setor e Atividade e as Regiões 1973-74
(em Percentagens)

SETORES DE ATIVIDADE	NORTE		NORDESTE		SUDESTE		SUL		CENTRO-OESTE		INTER-REGIONAL		BRASIL		
	1973	1974	1973	1974	1973	1974	1973	1974	1973	1974	1973	1974	1973	1973 (1)	1974
Serviço de Utilidade Pública	2,3	0,6	24,9	6,6	10,1	49,8	26,7	14,4	14,4	3,9	21,6	24,7	100,0	9,2	100,0
Mineração e Pesquisa Mineralógica	51,9	1,9	9,3	0,2	17,4	0,4	—	40,5	21,6	—	—	57,0	100,0	0,3	100,0
Indústria de Transformação	1,5	0,8	21,6	17,1	57,2	56,9	16,7	16,1	0,2	0,6	2,8	8,5	100,0	54,2	100,0
Agropecuária, Alimentação e Abastecimento	2,7	4,6	27,6	12,4	32,2	48,1	15,4	3,8	2,4	13,0	19,7	18,1	100,0	6,7	100,0
Ensino e Pesquisa	0,2	—	6,9	6,4	80,2	56,9	12,1	28,4	0,7	—	—	8,3	100,0	3,2	100,0
FINAME	1,5	0,4	13,2	4,7	68,0	74,7	15,5	18,5	1,8	1,7	—	—	100,0	26,2	100,0
Outros	—	—	27,0	25,9	73,0	39,4	—	—	—	—	—	34,7	100,0	0,2	100,0
														100,0	

FONTE: Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico.

(1) Percentagens dos setores em relação ao Total.

TABELA 14c

Colaboração Aprovada do BNDE em Moeda Nacional — 1969-70
(Cr\$ 1.000)

PROGRAMAS	NORTE		NORDESTE		SUDESTE		SUL		CENTRO-OESTE		BRASIL(**)	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
1969												
FRE	31 000	4,49	182 347	26,43	363 991	52,75	53 550	7,65	59 150	8,47	690 038	100,00
FUNTEC	—	—	2 088	5,19	33 742	83,95	4 364	10,86	—	—	40 194	100,00
FIPEME	500	0,25	11 276	5,54	148 060	72,73	43 203	21,23	500	0,25	203 539	100,00
FRUNDEPRO	—	—	739	5,58	9 725	74,40	2 202	16,85	414	3,17	13 080	100,00
FINAME-FUNESPE	—	—	2 100	42,88	60	1,23	2 737	55,89	—	—	4 897	100,00
FUNGIRO	—	—	3 400	6,90	39 735	80,60	6 160	12,50	—	—	49 295	100,00
FINAME	1 872	0,76	19 227	7,83	181 577	73,94	40 946	16,67	1 968	0,80	245 590	100,00
Acordos(*)	794	9,64	2 103	25,51	4 290	52,04	1 056	12,81	—	—	8 243	100,00
Total	34 166	2,73	223 280	17,79	781 180	62,25	154 218	12,29	62 032	4,94	1 254 876	100,00
1970												
FRE	3 000	0,33	191 240	21,18	572 260	63,37	120 000	13,29	16 530	1,83	903 030	100,00
FUNTEC	1 510	3,04	3 920	7,88	35 124	70,59	5 266	10,58	3 935	7,91	49 755	100,00
FIPEME (total)	10 000	4,06	9 480	3,86	157 815	64,12	68 815	27,96	—	—	246 110	100,00
FUNDEPRO (total)	—	—	1 607	11,91	9 550	70,79	2 334	17,30	—	—	13 491	100,00
FUNESPE	—	—	1 215	100,00	—	—	—	—	—	—	1 215	100,00
FUNGIRO	2 100	1,74	700	0,58	97 095	80,53	20 680	17,15	—	—	120 575	100,00
FINAME	4 088	1,14	21 896	6,05	232 168	64,19	97 956	27,08	5 570	1,54	361 678	100,00
Acordos	—	—	1 697	2,71	59 253	94,72	992	1,59	614	0,98	62 556	100,00
"UNDERWRITING"	—	—	—	—	24 500	80,33	6 000	19,67	—	—	30 500	100,00
PROCAP	—	—	—	—	10 000	100,00	—	—	—	—	10 000	100,00
Total	20 698	1,16	231 755	12,88	1 197 765	66,58	322 043	17,90	26 649	1,48	1 798 910	100,00

FONTE: Relatórios do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico — 1969 e 1970.

(*) Acordos de empréstimos Brasil/Dinamarca/BNDE e DNER/Rothschild/BNDE.

(**) Inclusive Inter-Regional, sendo Cr\$ 61 200 do FRE e Cr\$ 4 450 do FUNESPE.

TABELA 14d

Colaboração Aprovada do BNDE — 1973

(Cr\$ 1.000)

PROGRAMAS	NORTE		NORDESTE		SUDESTE		SUL		CENTRO-OESTE		INTER-REGIONAL		BRASIL	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
FRE	62 160	1,62	1 007 130	26,29	1 832 154	47,82	565 780	14,77	115 482	3,01	248 600	6,49	3 831 306	100,00
FUNTEC	640	0,26	16 837	6,91	195 153	80,08	29 378	12,06	1 690	0,69	—	—	243 698	100,00
FIPEME	—	—	137 847	21,97	154 600	24,64	220 000	35,06	5 000	0,80	110 000	17,53	627 447	100,00
FUNGIRO	12 000	13,79	—	—	75 000	86,21	—	—	—	—	—	—	87 000	100,00
FMRI	27 000	3,97	—	—	501 211	73,77	151 235	22,26	—	—	—	—	679 446	100,00
PROTERRA	—	—	37 000	100,00	—	—	—	—	—	—	—	—	37 000	100,00
PROVALE	—	—	15 000	100,00	—	—	—	—	—	—	—	—	15 000	100,00
FUMCAP	—	—	—	—	—	—	6 750	100,00	—	—	—	—	6 750	100,00
CEBRAE	—	—	—	—	10 000	100,00	—	—	—	—	—	—	10 000	100,00
TOTAL BNDE	101 800	1,84	1 213 814	21,92	2 768 118	49,98	973 143	17,57	122 172	2,21	358 600	6,48	5 537 647	100,00
FINAME	29 472	1,50	259 503	13,17	1 340 812	68,05	305 097	15,48	35 547	1,80	—	—	1 970 431	100,00
TOTAL GERAL	131 272	1,75	1 473 317	19,62	4 108 930	54,73	1 278 240	17,02	157 719	2,10	358 600	4,78	7 508 078	100,00

FONTE: Relatório do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico 1973.

TABELA 15a

Depósitos à Vista e a Curto Prazo nos Bancos Privados — 1971-1974

(Cr\$ 1.000.000)

ESPECIFICAÇÃO	NORTE		NORDESTE		SUDESTE		SUL		CENTRO-OESTE		BRASIL	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Saldo em 31/12/1971												
— Total Geral	630,1	1,1	3 856,5	6,8	44 399,5	78,2	6 816,6	12,0	1 075,6	1,9	56 778,5	100,0
— Entidades Públicas	20,3	1,4	113,8	8,1	991,0	70,5	226,3	16,1	54,8	3,9	1 406,2	100,0
Saldo em 31/12/1972												
— Total Geral	903,7	1,0	5 696,7	6,5	68 881,9	78,7	10 367,8	11,9	1 626,7	1,9	87 476,8	100,0
— Entidades Públicas	39,8	1,7	180,7	7,9	1 680,5	77,1	319,7	13,9	77,6	3,4	2 298,3	100,0
Saldo em 31/12/1974												
— Total Geral	1 706,0	0,8	11 339,8	5,3	163 868,3	77,2	31 671,8	14,9	3 819,3	1,8	212 405,2	100,0
— Entidades Públicas	32,9	2,2	124,1	8,2	969,1	64,0	232,8	15,4	155,0	10,2	1 513,9	100,0

FONTE: IBGE. — *Anuário Estatístico do Brasil* — 1973, 1974 e 1975.

TABELA 15b

Empréstimos de Bancos Privados — 1971-1974
(Cr\$ 1.000.000)

ESPECIFICAÇÃO	NORTE		NORDESTE		SUDESTE		SUL		CENTRO-OESTE		BRASIL	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Saldo em 31/12/1971												
— Total	262,5	1,1	1 925,6	7,9	18 229,5	74,9	3 426,7	14,1	494,4	2,0	24 338,7	100,0
— Agrícola	4,9	0,4	111,5	8,5	806,4	61,7	351,2	26,9	32,6	2,5	1 306,7	100,0
— Animal	2,1	0,2	103,5	9,6	695,2	64,3	164,9	15,2	116,2	10,7	1 081,9	100,0
— Industrial	64,0	0,7	715,4	7,4	7 845,7	81,2	999,8	10,3	39,9	0,4	9 664,8	100,0
Saldo em 31/12/1972												
— Total	371,3	1,1	2 754,9	7,8	26 295,8	74,6	5 145,3	14,6	677,8	1,9	35 245,1	100,0
— Agrícola	2,5	0,2	128,4	7,9	1 000,7	61,6	453,9	28,0	38,0	2,3	1 623,5	100,0
— Animal	3,3	0,3	104,5	7,6	909,9	65,9	201,8	14,6	160,4	11,6	1 380,0	100,0
— Industrial	89,6	0,7	1 098,9	8,0	10 938,1	79,7	1 540,6	11,2	54,5	0,4	13 721,7	100,0
Saldo em 31/12/1974												
— Total	629,0	0,9	4 716,5	6,9	50 450,4	74,1	10 784,9	15,8	1 545,7	2,3	68 126,5	100,0
— Agrícola	22,8	0,5	222,3	4,9	2 843,3	62,5	1 289,0	28,4	167,5	3,7	4 544,9	100,0
— Animal	10,9	0,4	138,0	4,8	2 011,3	69,3	427,9	14,8	311,3	10,7	2 899,4	100,0
— Industrial	117,6	0,4	1 958,7	7,3	21 123,6	79,2	3 377,7	12,7	108,3	0,7	26 685,9	100,0

FONTE: IBGE, *Anuário Estatístico do Brasil* — 1973, 1974 e 1975.

TABELA 15c
Depósitos e Empréstimos do Banco do Brasil — 1969-1974
 (Cr\$ 1.000.000)

ESPECIFICAÇÃO	NORTE		NORDESTE		SUDESTE		SUL		CENTRO-OESTE		BRASIL	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
1969												
Saldos Empréstimos	113,5	0,8	1 244,6	9,1	4 948,0	36,1	2 816,8	20,5	4 602,9	33,5	13 725,8	100,0
Saldos Depósitos	191,8	1,5	921,8	7,0	5 805,2	44,3	1 066,9	8,2	5 110,9	39,0	13 096,6	100,0
1974												
Saldos Empréstimos	979,8	1,2	11 019,0	13,7	35 610,0	44,4	23 808,2	29,7	8 848,6	11,0	80 265,6	100,0
Saldos Depósitos	767,9	1,4	3 351,0	5,9	28 861,4	50,8	5 502,9	9,7	18 330,5	32,2	56 813,7	100,0

FONTE: IBGE, *Anuário Estatístico do Brasil* — 1970 e 1975.

TABELA 15d
Depósitos à Vista e a Curto Prazo nos Bancos Oficiais — 1971-1974
 (Cr\$ 1.000.000)

ESPECIFICAÇÃO	NORTE		NORDESTE		SUDESTE		SUL		CENTRO-OESTE		BRASIL	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Saldo em 31/12/1971												
Total Geral	2 118,7	2,5	8 738,9	10,5	34 989,5	41,9	11 105,6	13,3	26 557,6	31,8	83 510,3	100,0
Entidades Públicas	286,1	2,0	874,5	6,1	5 907,1	41,1	901,8	6,3	6 418,5	44,6	14 388,0	100,0
Saldo em 31/12/1972												
Total Geral	2 904,7	2,6	12 405,7	11,3	43 894,9	40,0	14 995,2	13,7	35 479,5	32,4	109 680,0	100,0
Entidades Públicas	446,8	2,5	1 257,0	7,2	8 289,4	47,2	1 089,7	6,2	6 473,6	36,9	17 536,5	100,0
Saldo em 31/12/1974												
Total Geral	16 084,4	1,6	84 248,7	8,5	646 667,6	65,7	138 216,3	14,0	100 210,8	10,2	985 427,8	100,0
Entidades Públicas	685,4	0,8	3 053,9	3,6	60 953,8	71,4	7 145,3	8,4	13 483,5	15,8	85 312,9	100,0

FONTE: IBGE, *Anuário Estatístico do Brasil* — 1973, 1974 e 1975.

TABELA 15e

Empréstimos de Bancos Oficiais — 1971-1974
(Cr\$ 1.000.000)

ESPECIFICAÇÃO	NORTE		NORDESTE		SUDESTE		SUL		CENTRO-OESTE		BRASIL	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Saldo em 31/12/1971												
— Total	817,3	2,2	6 011,9	15,9	16 815,8	44,4	8 474,1	22,4	5 710,2	15,1	37 829,3	100,0
— Agrícola	56,2	0,9	991,7	15,5	2 283,2	35,8	2 506,8	39,3	540,3	8,5	6 378,2	100,0
— Animal	95,7	2,8	959,4	28,3	1 246,9	36,8	625,0	18,5	461,3	13,6	3 388,3	100,0
— Industrial	255,0	2,6	1 648,1	16,6	6 233,1	62,9	1 636,2	16,5	136,4	1,4	9 908,8	100,0
Saldo em 31/12/1972												
— Total	1 384,6	2,8	8 509,6	17,1	22 375,6	45,0	11 113,6	22,4	6 322,6	12,7	49 716,0	100,0
— Agrícola	141,5	1,4	1 597,8	15,8	3 344,0	33,1	4 213,4	41,6	820,3	8,1	10 117,0	100,0
— Animal	186,5	3,6	1 500,6	28,6	1 795,8	34,3	971,5	18,5	783,4	15,0	5 237,8	100,0
— Industrial	418,6	3,1	2 315,3	17,1	8 118,1	59,9	2 301,6	17,0	396,7	2,9	13 550,3	100,0
Saldo em 31/12/1974												
— Total	3 068,1	2,5	21 121,1	17,2	58 150,9	47,5	29 072,3	23,7	11 133,6	9,1	122 545,0	100,0
— Agrícola	279,2	1,0	4 273,5	16,0	9 552,8	35,8	10 454,6	39,2	2 126,2	8,0	26 686,3	100,0
— Animal	440,2	3,3	3 763,7	28,4	4 561,9	34,2	2 243,8	16,8	2 310,0	17,3	13 319,6	100,0
— Industrial	1 194,0	3,2	6 147,2	16,7	23 030,8	62,5	5 567,3	15,1	929,3	2,5	36 868,6	100,0

FONTE: IBGE, *Anuário Estatístico do Brasil* — 1973, 1974 e 1975.

TABELA 15f

Empréstimos de Bancos Oficiais e Bancos Privados — 1971-1974
(Cr\$ 1.000.000)

ESPECIFICAÇÃO	NORTE		NORDESTE		SUDESTE		SUL		CENTRO-OESTE		BRASIL	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Saldo em 31/12/1971												
— Total	1 079,7	1,7	7 937,5	12,7	35 045,3	56,3	11 900,9	19,1	6 204,7	10,2	62 168,1	100,0
— Agrícola	61,2	0,8	1 103,2	14,4	3 089,6	40,2	2 858,1	37,2	572,8	7,5	7 684,9	100,0
— Animal	97,8	2,2	1 062,8	23,8	1 942,2	43,4	789,9	17,7	577,5	12,9	4 470,2	100,0
— Industrial	319,0	1,6	2 363,5	12,1	14 078,8	71,9	2 636,0	13,5	176,4	0,9	19 573,7	100,0
Saldo em 31/12/1972												
— Total	1 755,9	2,1	11 264,5	13,3	48 671,4	57,3	16 261,9	19,1	7 010,5	8,2	84 964,3	100,0
— Agrícola	144,0	1,2	1 726,2	14,7	4 344,7	37,0	4 667,4	39,8	858,3	7,3	11 740,6	100,0
— Animal	189,8	2,9	1 605,2	24,3	2 705,7	40,8	1 173,3	17,7	943,8	14,3	6 617,8	100,0
— Industrial	508,2	1,9	3 414,2	12,5	19 056,2	69,9	3 842,2	14,1	451,2	1,6	27 272,0	100,0
Saldo em 31/12/1974												
— Total	3 697,2	1,9	25 837,5	13,6	180 601,3	57,0	39 857,2	20,9	12 679,3	6,6	190 672,5	100,0
— Agrícola	302,0	1,0	4 495,9	14,3	12 396,8	39,0	11 743,7	37,6	2 293,7	7,3	31 231,3	100,0
— Animal	451,1	2,8	3 901,7	24,1	6 573,2	40,5	2 671,7	16,4	2 621,3	16,2	16 219,0	100,0
— Industrial	1 311,6	2,1	8 105,9	12,8	44 154,0	69,5	8 945,0	14,1	1 037,6	1,6	63 554,2	100,0

FONTE: IBGE, *Anuário Estatístico do Brasil* -- 1973, 1974 e 1975.

TABELA 16

Unidades Orçamentárias
Despesa Realizada — 1957-1974
(Cr\$ 1.000.000)

ANOS	SUDAM		SUFRAM		SUDENE		SUVALE		SUDESUL		SUDECO		BRASIL	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
1957	1,8	55,2	—	—	—	—	1,4	44,7	—	—	—	—	3,3	100,0
1958	2,1	57,4	—	—	—	—	1,6	42,5	—	—	—	—	3,8	100,0
1959	3,0	61,9	—	—	—	—	1,8	38,0	—	—	—	—	4,9	100,0
1961	8,4	58,3	—	—	2,9	20,1	3,1	21,5	—	—	—	—	14,4	100,0
1962	7,0	29,9	—	—	11,1	47,4	5,2	22,2	—	—	—	—	23,4	100,0
1963	13,3	48,3	—	—	10,6	38,5	3,5	12,7	—	—	—	—	27,5	100,0
1964	18,6	18,6	—	—	70,9	71,1	10,2	10,2	—	—	—	—	99,7	100,0
1965	31,2	38,0	—	—	29,0	35,3	21,9	26,6	—	—	—	—	82,1	100,0
1968	74,4	29,6	2,4	0,9	129,7	51,6	44,5	17,7	—	—	—	—	251,1	100,0
1970	56,4	10,8	5,2	1,0	383,9	74,0	42,5	8,1	14,4	2,7	16,0	3,0	518,7	100,0
1972	120,5	12,4	47,1	4,7	489,3	50,4	227,4	23,4	51,1	5,2	35,4	3,6	970,0	100,0
1973	68,2	18,5	5,0	1,3	197,0	53,6	52,1	14,1	23,0	6,2	22,0	5,9	367,4	100,0
1974	152,6	12,1	92,3	7,3	541,0	42,9	338,8	26,9	62,0	4,9	72,1	5,7	1,2	100,0

FONTE: Ministério da Fazenda — Inspetoria Geral de Finanças

NOTA: Nos anos de 1972/1974 foram dados da Despesa do Balanço Financeiro.

TABELA 17

Distribuição Regional dos Gastos em 2 Planos de Governo, PND I e II
(Percentagens)

DISCRIMINAÇÃO	SUDESTE	SUL	NORDESTE	CENTRO-OESTE E AMAZÔNIA
<i>I — PND</i>				
Educação	11,30	3,30	1,70	1,11
Saúde	5,93	74	95	86
Agricultura	3,48	2,57	1,82	83
Energia	8,81	1,48	1,59	1,73
Transporte e Comunicação	3,70	3,03	2,91	1,57
Aço	3,87	22	18	03
Químicas	2,46	30	31	---
Outras Indústrias	7,73	1,12	54	20
Mineração	1,10	53	53	---
Habitação	6,05	1,24	1,24	1,23
Integração Nacional	---	---	5,89	---
Integração Social	1,98	41	41	40
Outros	56,31	14,94	18,07	7,96
	68	68	68	68
Total = 100,00	56,99	15,62	18,75	8,64
<i>II — PND</i>				
Educação	5,84	1,70	87	58
Saúde	4,40	55	71	64
Integração Social	13,63	2,79	2,79	2,77
Desenvolvimento Sócio-Urbano	3,91	89	89	79
Transporte e Comunicação	3,50	2,87	2,76	1,49
Aço	4,64	26	22	03
Energia	9,45	1,59	1,71	3,39
Química	2,70	34	34	---
Outras Indústrias	6,96	1,01	48	19
Agricultura	2,40	1,78	1,23	57
Incentivos Fiscais	---	---	86	---
Outros	57,43	13,69	12,80	10,45
	1,40	1,41	1,41	1,41
Total = 100,00	58,83	15,10	14,21	11,86

FONTE: Calculado do I e II] *Plano Nacional de Desenvolvimento*. As *proxys* utilizadas para distribuir os gastos pelas Regiões foram as seguintes: Energia — informação sobre capacidade instalada, do *Anuário Estatístico*; aço — distribuição regional da produção, *Anuário Estatístico*; habitação — da distribuição regional dos empréstimos do BNH; transporte — distribuição regional do sistema rodoviário; integração social — o mesmo para habitação; educação — *Finanças do Brasil*; saúde — idem; petróleo — *Anuário Estatístico*; indústria — censo; agricultura — censo.

SUMMARY

This article presents a survey of the regional economic policies of the federal government since World War II. It shows how explicit concern with regional problems were absent in the country's early development plans, and only began to appear from the early sixties on. The analysis shows, however, that the regional plans of the federal government were not synchronized with sectorial development plans. In fact, the regional policies implicit in the sectorial plans were often contradictory to the aims of the explicit regional plans.

An attempt is made to measure the regional impact of sectorial programs. The results show these to favor the more developed region of the Southeast of the country.

The article also shows the constant existence of a conflict between efficiency and equity in the regional allocation of economic activities. In times of general economic crises, such as balance of payments problems or inflation, regional equity problems are usually relegated to second place. Finally, increased preoccupation in Brazil with the problems of large metropolitan areas might also result in public expenditure patterns favoring the more advanced regions.

RÉSUMÉ

L'article présente un résumé des politiques régionales du gouvernement fédéral depuis la seconde guerre mondiale. Il montre comme il n'y avait pas d'intérêt explicite dans les problèmes régionaux dans les premiers plans de développement. La problématique régionale est seulement traitée depuis les années soixante. Cependant l'analyse montre que même dans ces derniers plans, les programmes régionaux ne sont pas synchronisés avec les plans sectoriaux.

Ensuite l'article montre les résultats d'une mesure des impacts régionaux des plans sectoriaux. Ces derniers ont toujours favorisés les régions du Sudest et Sud du pays.

L'analyse montre aussi le conflit constant entre l'efficacité et l'équité dans l'allocation des activités économiques. — En temps de crises économiques générales, comme celles de balance de paiements ou d'inflation, le souci avec l'équité régionale diminue dans le système de priorité du gouvernement. Finalement, la croissance de la préoccupation du gouvernement brésilien avec les problèmes des grandes régions métropolitaines pourrait résulter dans un nouveau système de finances publiques qui favoriserait les régions plus avancées.